Diretor Padre Lino Maia
Diretor-Adjunto Padre José Baptista

Mensal | Dezembro 2020 | Preço: 1 euro | 2.ª Série | N.º 260

SOLIDARIEDADE

PRIMEIRO PRESIDENTE DA UIPSS, HOJE CNIS

Faleceu o cónego Orlando Mota e Costa

DESEJA

Feliz Natal e Bom Ano Novo

ANA MENDES GODINHO, MINISTRA DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Taxa de atualização dos acordos de cooperação vai refletir o aumento do salário mínimo em 2021

CENTRO DE DIA

Encerramento causa graves transtornos psicomotores nos utentes

NATAL

Presépio em Bragança espelha a solidariedade das IPSS do distrito

GUARDA

Município distingue CNIS com Medalha de Mérito no 821º aniversário

PORTUGAL CTT
PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS 4400 Devesas - V. N. Gaia
TAXA PAGA
Autorizado pelos CTT a circular em invólucro fechado de plástico.
Autorização DEO/415/204004/DCN
Mensário da CNIS

José Leirião
Membro da CNIS

O problema da fiscalidade na União Europeia

O sistema fiscal na EU abrangendo as empresas e cidadãos é um dos elementos em que existe liberdade dos Estados Membros estabelecerem o seu próprio sistema fiscal (impostos sobre as empresas, pessoas e bens, levando assim a que existam 27 sistemas fiscais diferentes na EU.

Esta liberdade conduz a que alguns Estados Membros não só decidem aplicar impostos mais baixos a grandes empresas globais como, por exemplo, a Irlanda e Luxemburgo e, em relação à Google, Apple e outras empresas globais, como a Amazon, prejudicando por esta via as receitas fiscais sobre estas e outras empresas noutros Estados Membros devido a um planeamento fiscal agressivo utilizado por aquelas empresas.

Por exemplo: a Google. Estabelecida na Irlanda, este Estado Membro aplica taxas de IRC muito baixas e/ou através de esquemas de crédito fiscal que beneficiam estas empresas globais para as manterem no seu país, prejudicando assim outros Estados Membros que decidiram manter um mesmo nível de fiscalidade aplicado a todas as empresas que operam no seu território.

Trata-se de uma situação injusta que urge resolver porque gera tensão e injustiça entre os Estados Membros do mercado comum europeu. O mercado interno garante o livre movimento de pessoas, bens e capitais, mas o estabelecimento dos impostos é da responsabilidade de cada Estado Membro. Deste modo, os Estados Membros são levados a uma organizada competição, a qual minimiza a sua soberania e receita fiscal, conduzindo a enormes perdas fiscais num período de dramáticas alterações climáticas, societais e outras globais sem precedentes, acrescidas pelos elevados prejuízos provocados pela crise da Covid-19 que requerem um muito elevado investimento público. Assim, sem receitas fiscais normais, alguns Estados são levados a contrair empréstimos no mercado de capitais aumentando dramaticamente a sua dívida pública, colocando um pesado fardo financeiro sobre as gerações actuais e futuras.

Com efeito, no primeiro trimestre de 2020 cinco Estados Membros já tinham a sua dívida pública nacional maior do que o valor do seu PIB anual, ao mesmo tempo que as grandes corporações globais estão economizando pagando baixos impostos. Por exemplo: a Apple em 2011 obteve lucros de 16 biliões de euros na Europa, no entanto, pagou apenas 50 milhões de euros de impostos na Irlanda, isto só é possível porque a República da Irlanda facultou sistemas de poupança e de créditos de impostos à empresa.

Por outro lado, no Luxemburgo, a Amazon realizou em 2018 lucros operacionais na ordem dos 11 biliões de euros, no entanto, segundo acordo com as autoridades do Luxemburgo ainda conseguiu receber um crédito de imposto.

É necessário mudar o sistema.

Não é surpresa que as empresas globais retirem vantagens das peculiaridades dos sistemas de impostos dos vários Estados Membros através de um agressivo planeamento fiscal quando formalmente aderem à letra da lei.

O princípio de fiscalidade justa para empresas e cidadãos é portanto um horizonte ainda muito longínquo, e como resultado das disparidades entre os Estados Membros, que se vão alargando e tornando ainda mais gravosas essas diferenças, devido à pandemia Covid19. Quando o objectivo seria convergir. A Comissão Europeia afirma que a evasão e fraude fiscal são uma ameaça para as finanças públicas dos Estados Membros e que agora mais que nunca os Estados Membros necessitam de receitas seguras para investir nas pessoas e ajudarem as empresas a manterem-se viáveis, mantendo o emprego. No entanto, isto é insuficiente e também por que a directiva da UE para combater a evasão fiscal tem demonstrado estar longe de ser eficaz. Com efeito, a perda de receitas pelos Estados Membros devido à evasão internacional de impostos, os Estados são obrigados a financiarem-se e captar investimento estrangeiro principalmente em esquemas de crédito, aumentando a sua dívida pública. Portanto esta também não é uma boa solução.

Uma solução mais justa e efectiva, suportada por 74% dos cidadãos europeus, é de que é urgente uma acção da Comissão e tomar medidas mais eficazes que apliquem no espaço europeu uma fiscalidade mais justa e aceite por todos os Estados Membros e esta só poderá ser alcançada em conjunto, através de esforços para encontrar uma efectiva e justa regulação a nível global através de esforços de regulação conjuntos envolvendo a OMC, mas tal ambição pode também levar a uma guerra comercial em que todos perdem. Creio que uma política fiscal justa só será atingida quando as pessoas certas ocuparem os lugares chave e a palavra solidariedade e os valores do bem comum tiverem o mesmo significado para todos, mas quando vai isso acontecer? Infelizmente vai sendo cada vez mais difícil encontrar homens ou mulheres com a visão e compromisso semelhante aos dos pais da União Europeia de há cerca de 65 anos. Resta-nos continuar a ter esperança que tais personalidades apareçam e se comprometam na construção de um mundo melhor para todos. Será isto utópico? Não. Depende da vontade humana aprender com os erros e emendá-los em favor de todos.

PLATAFORMA DATALABOR COM A PARTICIPAÇÃO DA CNIS

Para se saber mais sobre o mundo do trabalho e da proteção social

A nova plataforma DataLABOR, uma iniciativa de universidades, empresas e do terceiro setor vai agregar dados do trabalho e proteção social, segundo um comunicado.

Esta ferramenta, que "irá dar contributos para a formulação de políticas públicas" pretende apoiar "respostas aos efeitos da pandemia da covid-19, proporcionando a empresas, organizações sindicais ou ao terceiro setor informação necessária à gestão, tomada de decisões e formulação de estratégias", lê-se na mesma nota.

A plataforma é uma iniciativa do CoLABOR, Laboratório Colaborativo para o Trabalho, Emprego e Proteção Social criado por oito entidades: o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, o Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, o ISCTE (Instituto Universitário de Lisboa), a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, a Delta Cafés, o grupo Sonae e a Mota-Engil.

Manuel Carvalho da Silva, coordenador do CoLABOR, explicou, citado no mesmo comunicado, que se trata "de uma plataforma inovadora que agrega dados estatísticos e jurídicos com o objetivo de simplificar o acesso a dados nacionais e internacionais sobre trabalho, emprego e proteção social".

A iniciativa resulta da colaboração entre o ensino superior, grandes empresas e o terceiro setor e "constitui um contributo da sociedade civil para a reflexão e para um debate público mais amplo, informado e aprofundado", acrescentou o responsável.

"A DataLABOR vem colmatar uma lacuna existente na disponibilização de dados sobre o mundo do trabalho e da proteção social, relacionando dados e legislação de forma a informar as políticas públicas e a apoiar a tomada de decisão de entidades privadas e associativas, numa lógica de ação e prospeção", adiantou ainda Manuel Carvalho da Silva.

Padre Lino Maia
Presidente da CNIS

Pandemia, emergência e vacinação

1. Com um desagravamento em vários municípios, nomeadamente na região Norte, que apesar de manter incidências elevadas tem já um desagravamento, parece estar a verificar-se uma tendência de descida da epidemia de COVID-19 em Portugal. Na região de Lisboa e Vale do Tejo também se verifica uma variação decrescente, o que são boas notícias. Ter-se-á atingido a incidência máxima cumulativa por via de notificação no dia 25 de novembro, havendo já uma tendência de descida, que se deseja que seja brevemente consolidada.

Outra boa notícia é que o grupo de 60/70 anos e 70/80 anos estão relativamente protegidos em relação aos outros grupos etários.

No entanto, o grupo de mais de 80 anos é um grupo que tem maior dependência, maior intensidade de contactos e, por isso, tem ainda uma incidência mais alta. E este é o grupo que percentualmente mais apoiado é nos Lares, nomeadamente nas Estruturas Residen-ciais para Pessoas Idosas (ERPI) e nos Lares Residenciais das IPSS…

Segundo informações avaliadas pela Segurança Social, no início deste mês, no dia 1 de dezembro, não se diferenciando a natureza dos Lares (sector social, privados ou não legalizados), depois de, até então, se terem feito 40.129 testes, verificavam-se 281 surtos ativos em Lares (um surto verifica-se quando há 2 ou mais pacientes), com 4.786 utentes e 1.749 trabalhadores positivos.

Se comparativamente com o que se passa noutros países congéneres, estejamos menos mal, continuamos a sofrer com um doente e a chorar uma morte, pelo que não podemos baixar a guarda e precisamos que o Estado corresponda melhor aos custos dos cuidados prestados e a prestar.

2. A Pandemia está para perdurar e o Estado de Emergência para durar.

Dando seguimento à renovação do Estado de Emergência decretado pelo Presidente da República, o Conselho de Ministros aprovou o decreto que regulamenta as medidas a adotar, em todo o território continental. No essencial, o decreto mantém, as regras atualmente vigentes e estabelece medidas especiais para os períodos do Natal e do Ano Novo.

Nas medidas a adotar não se faz qualquer referência direta a cuidados específicos para os Lares. Ou porque ainda virão a ser dadas orientações direcionadas ou porque os dirigentes das Instituições têm sabido interpretar outras orientações e corresponder às muitas solicitações.

Mas este é um período particularmente sensível. Natal e Ano Novo, mas especialmente Natal. Muito provavelmente mais do que nunca os idosos sentem a necessidade da festa, da gratidão, do afeto e do encontro. E merecem tudo isso e muito mais.

Não se devendo baixar a guarda e sabendo que todos os cuidados nunca serão demasiados, com engenho, coração e arte, os dirigentes, os trabalhadores, as famílias e os voluntários de todos os Lares e de todas as IPSS encontrarão formas de celebrar o Natal sem as dores da solidão e sem riscos para os seus utentes.

Como bem lembrou o Primeiro-Ministro, "o Natal não assegura a imunidade de ninguém". Por isso, vamos começar desde já a preparar um Natal sem dor mas com amor.

Para que o novo ano o seja de renovada esperança.

3. A esperança para o novo ano é a de que praticamente começa com a vacinação contra o Covid-19, como já anunciou o coordenador da Task-Force para a vacinação, Francisco Ramos.

Quanto aos grupos prioritários, anunciou que numa primeira fase serão vacinadas cerca de 950 mil pessoas.

O primeiro grupo é o das pessoas com 50 ou mais anos e com patologias associadas, profissionais e residentes em lares e unidades de cuidados continuados, profissionais de saúde que prestem cuidados diretos no âmbito da pandemia e forças de segurança. Neste primeiro grupo não são referidos os dirigentes voluntários e dedicados dos Lares, lacuna que já foi identificada e que se deseja ultrapassada.

Numa segunda fase, será dada prioridade a pessoas com mais de 65 anos sem patologias associadas e pessoas com mais de 50 anos, mas com outras doenças associadas, como diabetes, neoplasias, entre outras, estimando-se que sejam abrangidos cerca de 1,8 milhões de cidadãos.

A terceira fase englobará o resto da população.

De acordo com a ministra da Saúde, Marta Temido, haverá 22 milhões de doses disponíveis. "Portugal tem um plano para a distribuição de vacinas. Este é mais um passo de um trabalho que começou há muitos meses", salientou quando foi apresentado o plano de vacinação.

Além da monitorização das reações adversas, da possibilidade de agendamento da vacinação e do desenvolvimento de estudos de seguimento clínico, prevê-se "uma campanha de comunicação ampla que gere confiança na população", exemplificou Francisco Ramos.

A vacinação será universal, gratuita e facultativa, tal como já tinha sido noticiado, cumprindo-se o que ficar estipulado no resumo das características do medicamento.

Talvez não seja possível, mas é desejável que ao completar-se um ano (2 de março) sobre a identificação dos primeiros doentes Covid já a vacinação tenha chegado a todos os Lares de Portugal.

CONSELHO GERAL DA CNIS

Falta articulação entre a Saúde e a Segurança Social

A CNIS reuniu mais uma vez o Conselho Geral, mas desta feita, em virtude da pandemia, a cúpula da Direção dirigiu a reunião a partir da sede no Porto, enquanto os demais dirigentes da Confederação, os conselheiros e os assessores participaram por videoconferência.

São as novas realidades destes tempos marcados pelo perigo e pela incerteza, especialmente quando os encontros de trabalho implicam a presença de muitas pessoas.

A pandemia acabou por marcar praticamente todos os assuntos abordados no Conselho Geral, que arrancou com uma apresentação sumária do Plano de Ação e do Orçamento para 2021, dois documentos a serem apresentados e votados na Reunião Magna da CNIS, e também eles, de certa forma, condicionados pela Covid-19 e suas consequências sociais.

Na sua intervenção inicial, o padre Lino Maia deu conta que, apesar de a Comissão Permanente do Sector Social Solidário ter "reuniões praticamente semanais", estas "têm sido mais apelos do Estado do que respostas às solicitações" do sector.

Por outro lado, nas reuniões da Comissão, que conta com a presença da CNIS, Misericórdias, Mutualidades e Confecoop, do lado do Sector Social Solidário, e dos ministérios do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Saúde e Educação, "nunca a Saúde esteve presente", revelou.

"Tenho uma sensação de profundo desencanto. Falava-se do milagre português, mas parece que todos descansámos, adiámos e não nos preparámos para a segunda vaga ou não aprendemos o que devíamos com a primeira vaga", lamentou o padre Lino Maia, referindo-se às entidades públicas, sublinhando que "há assuntos que carecem de articulação entre a Saúde e a Segurança Social que não existe".

Para tentar ultrapassar esta situação, a CNIS enviou um memorando à ministra da Presidência, Mariana Vieira da Silva, "a pedir essa articulação", porque "andamos todos muito cansados, mas é preciso fazer alguma coisa", asseverou o presidente da CNIS.

Noutro momento, Maria João Quintela, membro da Direção, informou os conselheiros que a CNIS e a Cruz Vermelha Portuguesa estão a ultimar um protocolo que "pretende estreitar a articulação e colaboração" entre as duas entidades, "para a partilha de informação e incrementar a colaboração para ultrapassar os problemas no recrutamento de recursos humanos".

Neste sentido, a CNIS faz um apelo às instituições para ajudarem a Cruz Vermelha no recrutamento de pessoal, pois aquela instituição está a sentir grandes dificuldades nesse campo, o que está a criar obstáculos à formação das Brigadas de Intervenção Rápida.

Ainda a propósito da pandemia e a isenção e devolução do IVA sobre os equipamentos de proteção individual (EPI), o padre Lino Maia informou que "há a esperança que continue", uma vez que o período de isenção terminou a 31 de outubro, destacando ainda que "o Orçamento de Estado para 2021 (OE) passa ao lado do Sector Social Solidário".

Nesse sentido, e porque o que está previsto é um «reforço» de 2%, que se esgotam no PARES 3.0 e na Rede Nacional de Cuidados Continuados, "não chegando para mais nada", a CNIS enviou uma nota para todos os grupos parlamentares, visto que só os partidos representados na Assembleia da República podem introduzir alterações ao OE 2021, para que a verba para o sector "seja reforçada, que as instituições sejam equiparadas em código de IVA às autarquias e ainda que as obras do PARES e outras sejam isentas de IVA", revelou o presidente da CNIS, que se afirmou pouco confiante nas duas últimas reivindicações, rematando: "Insistir é o nosso lema".

Na reunião do Conselho Geral ainda havia esperança de se poder realizar a Assembleia Geral da CNIS no dia 28 de novembro, mas as restrições impostas à sombra do estado de emergência, levaram ao adiamento «sine die» da mesma [ver texto na página ao lado].

Na altura, o padre Lino Maia lembrou a necessidade de realização das assembleias gerais e explicou: "É importante que se realizem as assembleias gerais, não só para a aprovação dos planos de ação e das contas, mas também para manterem a chama e incentivar a participação. Sem as assembleias gerais de aprovação dos planos de ação e das contas as instituições não podem apresentar determinadas candidaturas".

Porém, a realidade pandémica não permite para já a realização da Reunião Magna da CNIS por, para além de outras razões, ter sido imposta a proibição de atravessar concelhos.

De referir, a fechar, que apenas não participaram na reunião as uniões distritais de Portalegre e Vila Real.

821º ANIVERSÁRIO DA CIDADE MAIS ALTA DE PORTUGAL

Guarda atribui Medalha de Mérito à CNIS em distinção às IPSS do concelho e do país

Por ocasião das comemorações do Dia da Cidade da Guarda, momento que assinalou a atribuição, pelo Rei D. Sancho I, da «Carta Foral», no dia 27 de novembro de 1199, a cidade homenageou e distinguiu, 821 anos depois, todas as Instituições Particulares de Solidariedade Social do concelho com a Medalha de Mérito do Município, Grau Prata.

A distinção foi entregue ao presidente da CNIS, padre Lino Maia, em representação de todas as instituições.

"É um ato de justiça e de reconhecimento do que as mais de 100 IPSS do distrito da Guarda, e as demais por este país fora, pela sua resiliência e trabalho para debelar a pandemia", afirmou Carlos Monteiro, acrescentando: "É o reconhecimento do trabalho hercúleo que as IPSS têm feito neste tempo de pandemia".

Por seu turno, o padre Lino Maia começou por dizer que "é exemplar este gesto da Câmara Municipal da Guarda e espelha a cooperação que deve existir entre as autarquias e as IPSS" e, dirigindo-se a Carlos Monteiro, sublinhou que "este reconhecimento às IPSS confirma o seu conhecimento, envolvimento e reconhecimento das IPSS na ação social de proximidade".

"É uma cultura multissecular que marca uma prática de competência e ciência. Uma prática assegurada por uma rede de entidades e instituições de natureza particular, fora do perímetro do Estado ou de outras entidades públicas e concretizada pela entidade mais próxima, numa escala territorial, e pelos corpos intermédios, antes da esfera pública, no que respeita à natureza das organizações. Há capilaridade, caridade, cidadania, cooperação, gratuitidade, opção preferencial pelos mais carenciados, proximidade, solidariedade, subsidiariedade e… muito voluntariado", prosseguiu o presidente da CNIS, que de seguida traçou um retrato histórico do percurso das instituições sociais e destacou ainda alguns números que relevam a importância económica e social das IPSS, como o VAB ou o emprego gerados pelo Sector Social Solidário.

Por fim, o padre Lino Maia apontou "três vias concomitantes e simultaneamente convergentes" quanto ao rumo que as IPSS devem prosseguir: "Cooperação instrumental com as autarquias; Comunhão na opção inadiável pela coesão territorial e social, porque o país não é todo igual e as desigualdades sociais persistem ou tendem a agravar-se com as crises; Manutenção da opção preferencial pelos mais carenciados".

Devido à pandemia, a cerimónia contou com um número muito reduzido de convidados, tendo a mesma sido transmitida em direto pelas redes sociais e começado com o içar da bandeira ao som de A Portuguesa, sob um frio matinal gélido.

ESTADO DE EMERGÊNCIA

Assembleia Geral adiada «sine die»

A Assembleia Geral da CNIS, agendada para o próximo dia 28 de novembro, em Fátima, foi adiada sine die, tendo em conta as restrições neste período de Estado de Emergência anunciadas pelo primeiro-ministro António Costa, no passado dia 21 de novembro.

Para o assessor jurídico da CNIS, Henrique Rodrigues, o estabelecido pelo novo decreto do Estado de Emergência, "do ponto de vista formal, não seria bastante para impedir a realização da Assembleia Geral".

"No entanto, do ponto de vista material, a limitação do acesso a associados de um único concelho à reunião de uma Assembleia Geral de uma confederação de nível nacional feriria, na minha perspetiva, o princípio da proporcionalidade, sendo suscetível de impugnação vitoriosa por parte de quem, tendo, em abstrato, direito a participar na assembleia, visse esse direito concretamente esvaziado por inibição de ordem pública, constante de diploma legislativo, que o impediria de aceder ao local da realização da assembleia", pode ler-se no parecer elaborado a pedido do presidente da Direção da CNIS, padre Lino Maia.

Por outro lado, considerando que as exceções à referida proibição de circulação entre concelhos, elencadas no nº 2 do referido artigo 11º, 1 do Decreto nº 9/2020, de 21 de novembro, não abrangem a realização da

Reunião Magna da CNIS, Henrique Rodrigues, no referido parecer, sustenta que, "nestes termos, salvo melhor opinião, entendo que a manutenção da reunião da Assembleia Geral da CNIS, em Fátima, sob a forma presencial, no próximo dia 28 de novembro, não cumpre as regras constantes da legislação aplicável, designadamente do Decreto nº 9/2020,de 21 de Novembro, devendo ser desconvocada, diferindo-se a respetiva marcação para data a designar pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, tendo em conta a evolução da situação sanitária do País".

CÓNEGO ORLANDO MOTA E COSTA

Faleceu o primeiro presidente da União das IPSS

O cónego Orlando Mota e Costa, que foi o primeiro presidente da União das Instituições Particulares de Solidariedade Social, faleceu, no dia 25 de novembro, aos 88 anos de idade.

O Cónego Orlando Mota e Costa foi eleito o primeiro presidente da União das Instituições Privadas de Solidariedade Social, no dia 23 de Maio de 1981, numa Assembleia-geral realizada no Centro de Caridade de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, no Porto. Foi presidente da Direção durante um mandato de três anos. No dia 17 de Novembro de 1984 passou para a liderança da Mesa da Assembleia-geral onde se manteve durante mais um triénio.

Quando era pequeno queria ser médico ou arquiteto, seguindo uma vocação artística que sentia nascer. Acabou por decidir ser padre, sendo ordenado, com 23 anos, por D. António Ferreira Gomes, Bispo do Porto. Trabalhou durante 13 anos nos Organismos de Ação Católica, foi coadjutor e depois assistente diocesano da Juventude Operária Católica e dos Organismos Rurais de Ação Católica.

Em 1969 foi nomeado pároco de S. Martinho de Cedofeita no Porto. Em 1996 foi nomeado membro do Cabido Portucalense. Presidiu à paróquia de Cedofeita até julho de 2015. Atualmente vivia na Casa Sacerdotal do Porto.

D. Manuel Linda, bispo do Porto, presidiu à Missa de Sétimo Dia no dia 1 de dezembro na Catedral do Porto.

Em entrevista ao Solidariedade, em novembro de 2007, o cónego Orlando Mota e Costa recordava o momento histórico em que assumiu a liderança da União das IPSS: “O Congresso das Instituições Particulares de Solidariedade Social realizado no Porto, em meados de 1980 por iniciativa de um grupo de Instituições, foi determinante na necessidade de se criar um Órgão aonde as Instituições se pudessem federar. Conhecer a realidade dos serviços sociais prestados, partilhar experiências e responder às novas carências sociais com serviços mais adequados, eram preocupações comuns. Após um ano, nascia a União das Instituições Particulares de Solidariedade Social e eu tomava posse como primeiro presidente da Direção.”

É também nessa entrevista que o cónego avalia o trabalho da então recém-criada CNIS: “Creio que a União tem conseguido acompanhar os desafios, projetos e problemas que têm surgido. Tenho uma boa impressão. Ultimamente estou mais distanciado, mas acompanho através da obra social da paróquia de Cedofeita. A CNIS é um sucedâneo normal do que se fazia. É um órgão forte perante o Estado e parceiros sociais. No princípio nós começamos a criar as Uniões Distritais que estão agora a ficar mais consolidadas. Demos sempre às Distritais uma grande autonomia e responsabilidade e já tínhamos a ideia de que a União era uma federação das Distritais. A CNIS tem respeitado este espírito. Sinto que não houve mudança de orientação, mas de nomenclatura. Estamos em bom caminho.”

ADENDA AO ACORDO DE COOPERAÇÃO DE 2019

Sector social e solidário garante mais 400 camas para altas sociais

O Primeiro-Ministro António Costa afirmou que o Governo e as entidades do setor social e solidário realizaram um aditamento ao compromisso assinado em 2019 para garantir a criação de “mais 400 camas nos próximos seis meses para continuar a responder à necessidade de altas sociais”.

Na cerimónia de assinatura da adenda, em Lisboa, o Primeiro-Ministro salientou que “este passo é da maior importância” e acrescentou que “desde o início da pandemia mais de 1000 pessoas já obtiveram alta social e foram realojadas para poder encontrar uma nova residência através destas instituições”.

António Costa sublinhou a necessidade de o país encontrar soluções dignas de alojamento para as pessoas hospitalizadas que têm alta clínica mas que, “por falta de alternativas, por falta de um local digno de residência ou pela incapacidade de receber cuidados pós-hospitalares necessários acabam por permanecer durante muito tempo nos estabelecimentos hospitalares”.

O chefe do governo referiu o reforço que está a ser levado a cabo nos serviços de saúde, com os aumentos da capacidade de resposta da Linha Saúde 24 e do número de testes por dia à Covid-19 e com a contratação de profissionais do Serviço Nacional de Saúde, aumento do número de camas e ventiladores.

A Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, e o Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, António Sales, também estiveram presentes na cerimónia.

FUNDAÇÃO AGA KHAN PORTUGAL, LISBOA

Ser Maior é a nova plataforma de apoio a cuidadores informais

A Fundação Aga Khan Portugal e a Janssen, companhia farmacêutica do Grupo Johnson & Johnson, anunciaram o lançamento de uma nova plataforma de agregação de informação e georreferenciação para os cuidadores informais e familiares de pessoas com 65 e mais anos: Ser Maior.

As duas organizações estão empenhadas em contribuir para a criação de uma comunidade de prática relativa à prestação de cuidados a quem precisa.

Saber onde estão os serviços e apoios, como os contactar, ligá-los aos cuidadores informais e dar a conhecer boas práticas são aspetos fundamentais e na plataforma Ser Maior todos os cuidadores e seniores terão acesso a informação sobre cuidados básicos a prestar e a um conjunto de entidades que estarão georreferenciadas para contacto, desde IPSS, associações de doentes e outras entidades várias da área social e da saúde.

Trata-se de um projeto nacional que pretende disponibilizar informação e conectar cuidadores. Com esta plataforma qualquer cuidador passará a saber a quem se pode dirigir, seja para esclarecer dúvidas, conhecer boas práticas, aceder a manuais de cuidados e receber outras informações de suporte essenciais a quem presta cuidados informais.

A primeira fase da plataforma será lançada oficialmente no dia 13 de janeiro, mas já conta com mais de 70 entidades envolvidas e outras se juntarão durante o próximo ano, esperando alcançar a centena de entidades conectadas.

ESPAÇO T – ASSOCIAÇÃO PARA APOIO À INTEGRAÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA, PORTO

Mercado de Vilar volta a disponibilizar produtos de excelência para o Natal

Nos próximos dias 12 e 13 de dezembro, entre as 10h00 e as 13h00, o Espaço t - Associação para o Apoio à Integração Social e Comunitária volta a abrir as portas da sua sede, com novos produtos e parceiros, em mais uma edição do «Mercado de Vilar: Oportunidades de Sonhar», transformando, assim, as instalações num verdadeiro mercado de produtos de excelência.

O Mercado, que conta já com um público habitual, volta a disponibilizar para venda um conjunto muito diversificado de produtos que algumas das mais relevantes empresas portuguesas oferecem ao Espaço t.

O Mercado de Vilar, iniciado em 2014, procura oferecer oportunidades de compra únicas, garantindo ainda ótimos preços e a possibilidade de poder contribuir para o reequilíbrio financeiro da instituição que "acredita na felicidade de todos sem exceção!".

Pela proximidade da época natalícia, esta é uma excelente oportunidade para fazer compras solidárias, afinal, o grande espírito do Natal.

A lotação é limitada, o uso de máscara obrigatório e o Espaço t assegura que todas as medidas de segurança e higiene para a realização do Mercado são cumpridas.

Por outro lado, a instituição sedeada no Porto foi contemplada com a verba de 25 mil euros pelo Prémio BPI Capacitar.

O projeto galardoado visa promover a inclusão socioprofissional de pessoas com deficiência ou doença mental, através da criação e dinamização de um quiosque no jardim da instituição, para venda de comida e bebidas, para além de desenvolver a autonomia, competências profissionais e relacionais, facilitadoras da integração na sociedade.

PRÉMIO BPI CAPACITAR

Edição 2020 distinguiu 28 projetos com 750 mil euros

São 28 os projetos de instituições privadas sem fins lucrativos que foram distinguidos no âmbito da 11ª edição do Prémio BPI «la Caixa» Capacitar e que receberam em média cerca de 26.785 euros cada, num total de 750 mil euros.

Os projetos financiados pelo Prémio BPI Capacitar vão apoiar cerca de 1.400 pessoas em situação de vulnerabilidade acrescida devido à suspensão das atividades terapêuticas, pedagógicas e de apoio social durante a pandemia de Covid-19.

Esta situação provocou a perda de autonomia e agravou os problemas de inclusão de pessoas com deficiência, exigindo aos seus cuidadores que, na ausência de qualquer tipo de apoio, assumissem em exclusivo a prestação dos cuidados do dia-a-dia, criando situações de absoluta exaustão dos mesmos.

Muitos dos projetos distinguidos procuram dar respostas sociais àss lacunas verificadas nos últimos meses, nomeadamente: o apoio a terapias especializadas para tratar ou retardar avanços da incapacidade e promoção de serviços a domicílio; ações de apoio aos cuidadores; promoção de ações que assegurem a integração na sociedade, em atividades socialmente úteis ou em negócios sociais; e atividades de promoção da autonomia, nomeadamente atividades desportivas, entre outras.

Na edição 2020 do Prémio BPI Capacitar foram distinguidos os projetos das seguintes 28 instituições: ADICE - Associação para o Desenvolvimento Integrado da Cidade de Ermesinde; Alzheimer Portugal - Delegação Norte; ANPAR - Associação Nacional de Pais e Amigos Rett; APACI; APATRIS 21; APCAS - Associação de Paralisia Cerebral de Almada Seixal; APCB - Associação de Paralisia Cerebral de Braga; APPACDM da Trofa; APPACDM de Vila Nova de Gaia - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental; ARTENAVE, Atelier - Associação de Solidariedade; Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa; Associação do Porto de Paralisia Cerebral; Associação R.Inserir; Associação Salvador; Associação Vila com Vida; BIPP - Inclusão para a Deficiência; CAPITI; CERCI Braga; CERCIPOM; CERCITOP; Ericeira Surf Clube; Escola de Judo Ana Hormigo; Espaço t - Associação Para o Apoio à Integração Social e Comunitária; Instituto das Irmãs Hospitaleiras - Casa de Saúde Bento Menni; Instituto das Irmãs Hospitaleiras - Casa de Saúde Câmara Pestana; Instituto das Irmãs Hospitaleiras - Centro de Reabilitação Psicopedagógica da Sagrada Família; O Fio de Ariana - Educação e Terapia; Pais-em-Rede.

UTENTES DOS CENTRO DE DIA DESESPERAM COM O FECHO DA RESPOSTA SOCIAL

Este vírus deu cabo de nós

O encerramento da resposta social de Centro de Dia, decretada a 13 de março, tem acarretado graves evoluções das demências e das dependências, significativas regressões cognitivas e motores e profundos e debilitantes estados depressivos entre a população utente daquela valência. Por isso, desde cedo foi reclamada a sua abertura, mas os constrangimentos sanitários ainda mantêm muitos encerrados e sem data para reabrirem. Para os utentes, o encerramento da resposta social e o confinamento foi "horrível", "um martírio", "dias muito tristes, de solidão e de desânimo". Num desabafo, Jaime Nogueira, de 86 anos, diz tudo: "Este vírus deu cabo de nós"!

Técnicos das IPSS e familiares reportam que, desde a 13 de março foi decretado o encerramento dos Centros de Dia em todo o país devido à pandemia da Covid-19, as regressões cognitivas e motoras têm sido muito significativas e a progressão avassaladora dos estados depressivos.

A falta de estímulos e do convívio social forçada pelo fecho dos Centros de Dia tem devastado os mais idosos e não apenas aqueles que vivem sozinhos.

E se para os mais autónomos foi difícil atravessar cerca de seis meses sem o Centro de Dia, para outros menos autónomos e já dependentes a situação foi mais gravosa.

"Nunca pensei na minha vida passar por isto. Vivi a tuberculose, depois apareceu o cancro e, mal começou a ser desvendado o mistério do cancro, aparece este maldito vírus, que ninguém sabe donde ele veio, nem como é, mas o que sabemos bem é que de um momento para o outro apanha-se e morre-se!", começa por dizer, ao SOLIDARIEDADE, Jaime Nogueira, de 85 anos, antigo tipógrafo em vários jornais de Lisboa, motorista e poeta.

Começou a frequentar a resposta social da Cediara - Associação Centro de Dia de Ribeira de Fráguas, no concelho de Albergaria-a-Velha, em novembro de 2019, "e, de repente, em março tivemos que ir para casa… nem queira saber, foi horrível, a gente chega a um ponto que está completamente desanimado".

Passava o tempo de volta do computador e a ver televisão, mas também a dar asas a um dom e um prazer: a poesia. Todos os dias fazia um poema que publicava na sua página do Facebook, mas também "muitas vezes falava sozinho e não tenho problema em dizê-lo", é que "pelo menos, desabafava".

Regressar a 24 de agosto, com a reabertura do Centro de Dia, foi a melhor notícia: "Aqui fazem-nos reviver e fazem-nos voltar a ser jovens. O apoio da Cediara foi impecável e deixe-me dizer-lhe que isto é do melhor que há no país".

Também para José Ladeira, de 86 anos, antigo sapateiro, e um bem-disposto natural foi um tormento o fecho da Cediara.

"Quando fiquei em casa foi um pandemónio, foi a coisa mais horrível que me aconteceu. Foi um martírio e nem sei como é que aguentei! A princípio só dormia, mas depois, metia a máscara, pegava na bicicleta e ia dar uma volta", recorda, lembrando: "Esta é uma doença terrível e se toda a gente cumprisse não havia tanta doença".

Pelo mal que acarreta, o antigo sapateiro é perentório em elogiar o Centro de Dia: "Estas casas deviam estar todas abertas. Estou cá há quatro anos, ando de carro, de bicicleta e a pé para todo o lado, mas se não tivesse vindo para aqui já tinha morrido".

Tal como Jaime e José, também Conceição Negrão, de 54 anos, vive só e sentiu forte a falta do Centro de Dia, que frequenta devido à sua condição física.

"Foram dias muito tristes, de solidão e desânimo. O Centro de Dia fez-nos muita falta, porque esta é a nossa segunda casa, temos aqui uma família, somos todos muito unidos e bem tratados. Senti muita falta da Cediara e senti-me muito desamparada", sustenta, esboçando, então, um sorriso: "Quando me disseram para voltar foi uma alegria e senti-me novamente acolhida e amparada. No confinamento, sem o apoio da Cediara teria sido muito mais difícil, pois estivemos muito tempo confinados em casa. Agora há uma nova esperança para continuarmos a estar na instituição e, felizmente, tem corrido tudo muito bem".

Na Cediara, o Centro de Dia reabriu a 24 de agosto, mas o Centro de Convívio (18 utentes) permanece encerrado. No sentido de garantir o cumprimento das regras sanitárias, a instituição optou por utilizar todas as instalações apenas com o Centro de Dia, colocando os utentes mais autónomos no Piso -1, que era onde funcionava o Centro de Convívio.

Dos 40 utentes, 35 regressam diariamente á instituição, mas cinco permanecem em casa, devido a patologias que necessitam de ventilação e outras.

Para os técnicos que têm atravessado e acompanhado os utentes o período de encerramento da resposta social, o diagnóstico encontra eco nas palavras daqueles três utentes da Cediara.

"O que identificámos, e temos processos de avaliação muito consolidados, foi, essencialmente, a nível emocional, com um agravamento significativo do estado depressivo, para além do cognitivo e até mesmo motor", refere Susana Henriques, diretora-técnica da Cediara, explicando que os utentes "deixaram de ter os Programas de Intervenção Terapêutica, falha que foi de alguma forma colmatada com o «Cuidar a 360º», mas não é a mesma coisa, pois era apenas uma vez por semana e não os cinco dias que passavam na instituição".

Esta ideia é corroborada por Daniela Vieira, diretora-técnica do Centro de Dia do Centro Social

Paroquial de Oliveira do Douro, Vila Nova de Gaia, sendo que neste caso a resposta social ainda não reabriu.

"O fecho do Centro de Dia fez com que a progressão das demências fosse muito mais acelerada. O facto de não terem estímulo, o perderem aquela rotina da carrinha de manhã, virem para a instituição, participarem nas atividades e até para alguns, que mesmo não participando, viam e estavam com outras pessoas… isso deixou de existir! Muitos deles estão sozinhos em casa durante o dia e não têm estímulo nenhum", afirma, revelando que a instituição "tem enviado algumas atividades, como pintura, mandalas, sopas de letras e sugestões de filmes, mas não é suficiente".

No entanto, o pior dos males é a solidão: "Uma das grandes queixas das famílias é a falta de contacto social. Estão muito isolados. Eles gostam das atividades, mas dizem que é pouco, porque o que revelam é a falta do convívio".

Daniela Vieira sublinha que, dos 40 utentes em março, aquando da reabertura, que prevê para janeiro próximo, numas instalações exteriores à instituição e pertença da paróquia, não os receberá a todos.

"O que se passou com a maioria dos utentes do Centro de Dia foi que teve um declínio muito acentuado quer das capacidades cognitivas, quer das capacidades motoras. Alguns deles ficaram totalmente dependentes e, neste momento, o feedback das famílias é que eles não reúnem condições para regressar, porque ficaram muito dependentes. Algumas famílias conseguiram uma vaga em ERPI e eles já estão institucionalizados. E depois há os que rescindiram, mas pensam em voltar", refere, adiantando que cerca de 25% dos utentes não voltará, portanto, na reabertura eventualmente "serão uns 25 a 30 e muito mais debilitados".

Nenhuma das instituições registou qualquer óbito por Covid-19 entre os utentes de Centro de Dia, sendo que a instituição de Oliveira do Douro tenha tido que lidar com um surto no lar, em que apenas escaparam à infeção três utentes e em que registou dois óbitos.

No entanto, em Ribeira de Fráguas, de Covid-19 não faleceu nenhum utente, mas a instituição perdeu dois neste período, sendo que um deles, se pode dizer, por efeito colateral do isolamento da pandemia.

"Um deles quando foi para casa começou a ter um comportamento muito deprimido e delirante, sempre a dizer que ia morrer com o vírus. Entretanto, deixou de comer, ficou muito pouco vigile, foi duas ou três vezes ao Hospital de Aveiro, mas não lhe diagnosticavam nada que justificasse a situação e… acabou por falecer".

E só não houve mais situações trágicas, porque não calhou. É que a Cediara tem igualmente uma resposta de Centro de Dia para pessoas com perturbações mentais e neste grupo de utentes a situação foi (e ainda é) muito complicada. De tal forma que, em maio, a instituição solicitou ao Instituto da Segurança Social (ISS) a reabertura da resposta, mas a recusa foi perentória.

"Fomos uma das instituições que fez esse pedido em maio, principalmente por causa dos nossos utentes com perturbação mental, porque nos apercebemos que os efeitos do isolamento estavam a ter grande repercussão neles. Fizemos o pedido para integrar 15 utentes, que eram os casos mais emergentes, garantindo toda a segurança, mas foi recusado. O ISS não avalia as situações caso a caso, a resposta era transversal a todas as situações independentemente das necessidades", lamenta Susana Rodrigues, que sublinha: "Tivemos utentes que fizeram tentativas de suicídio e foi, precisamente, em face disso, e com uma exposição do Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental, do Hospital de Aveiro, que solicitámos a nossa reabertura, justificando a necessidade, mas o pedido, ainda assim, veio recusado".

No sentido de combater o isolamento e solidão a que estão votados muitos destes idosos sem o Centro de Dia, a instituição de Oliveira do Douro estendeu o serviço de teleassistência já usado no Serviço de Apoio Domiciliário àquela resposta.

"Recentemente, para os utentes que vivem sozinhos conseguimos um serviço de teleassistência, que acaba por ser um apoio, embora na maior parte deles seja ineficaz, porque não têm capacidade para usar o serviço. Este serviço, uma vez por semana liga sempre com eles, o que acaba por ser uma companhia", destaca Daniela Vieira.

Já a Cediara criou o projeto «Cuidar a 360º», porque para além dos

serviços básicos que foram prestando, em regime de SAD, os técnicos da Cediara aperceberam-se que "era muito importante ter outro tipo de atividades, nomeadamente atividades de animação, para reduzir a sintomatologia depressiva e a ansiedade, e também a nível da estimulação cognitiva e da mobilidade", isto em contexto domiciliário e em formato individual.

"Tivemos a sorte de o «Cuidar a 360º ter sido premiado pela Fundação Calouste Gulbenkian, o que nos permitiu fazer este apoio e esta intervenção tridimensional domiciliário, reforçando também a nossa equipa técnica. E ainda continua, porque os cinco utentes que estão em casa continuam a receber este apoio", revela Susana Henriques.

Esta ajuda foi determinante para a instituição poder proporcionar este apoio aos utentes, mas, mesmo assim, tudo o que tem envolvido o encerramento e a posterior a reabertura tem tido um elevado custo financeiro.

"Bem, tivemos que reforçar as equipas do SAD, porque, de um dia para o outro, passámos a ter o dobro dos utentes em SAD. Agora, nem a Cediara, nem nenhuma outra instituição, estava preparada para isto e o que lamentamos é que o ISS não tenha acompanhado estas necessidades. Na verdade, não nos deu nenhum subsídio extraordinário para podermos organizar os serviços perante as necessidades atuais e os planos de contingência", lamenta, sublinhando: "Isto tem sido financeiramente muito pesado para a instituição. A reabertura a 24 de agosto obrigou-nos a uma logística muito grande e a custo muito elevados, pois tivemos que adaptar os espaços e adquirir muito material, como sapateiras, muitos armários, material para ventilação, redes mosquiteiras, protetores para a roupa na lavandaria, etc.".

No entanto, para Susana Henriques o custo maior é mesmo com o transporte dos utentes: "Como as carrinhas só podem transportar metade da lotação, estamos a fazer o dobro das viagens e já tivemos que contratar um colaborador só para esse efeito. O transporte, para nós, é um custo gritante".

Em resumo, o encerramento da resposta social de Centro de Dia tem sido exigente para as IPSS, mas tem sido bem pior para os utentes e famílias, que, de um dia para o outro, viram o seu dia-a-dia alterado drasticamente.

"Para muitas famílias foi o pânico, porque os familiares não tinham condições para ficar sozinhos em casa. No entanto, com o confinamento geral, as famílias, nessas duas semanas, conseguiram assegurar o bem-estar dos utentes, só que com a reabertura do país voltou o caos. Há familiares que estão a pagar a cuidadores para garantirem o bem-estar dos seus idosos", assevera Daniela Vieira, diretora-técnica de um Centro de Dia que ainda não abriu.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

NÚMEROS DA COVID-19 EM TODO O MUNDO ATÉ DEZEMBRO

Mais de 1,5 milhões de mortos e cerca de 65 milhões de infetados

Até final do mês de Novembro a pandemia de covid-19 fez pelo menos 1.453.074 mortos em todo o mundo desde que a doença foi descoberta em dezembro na China, revela um balanço feito agência France-Presse (AFP) com base em fontes oficiais.

Mais de 64 milhões de casos de infeção pelo novo coronavírus SARS-Cov-2 foram diagnosticados oficialmente no mesmo período e em todo o mundo, sendo que pelo menos 40 milhões de pessoas eram consideradas recuperadas nesta data.

A agência alerta que o número de casos diagnosticados reflete apenas uma fração do número real de infeções, pois alguns países apenas testam os casos graves, outros priorizam o teste para rastreamento e muitos países pobres têm capacidade limitada de despistagem.

Os países que contabilizaram mais mortes no último dia de Novembro foram, segundo os respetivos balanços, os Estados Unidos da América (EUA), Itália e Polónia.

Os Estados Unidos continuam a ser o país mais atingido pelo novo coronavírus, tanto em número de mortes como de casos, com um total de 266.074 mortes entre 13.246.769 casos, de acordo com a contagem da universidade norte-americana Johns Hopkins. Neste país, pelo menos 5.024.365 pessoas foram declaradas curadas.

Depois dos Estados Unidos, os países mais afetados são o Brasil com 172.561 óbitos em 6.290.272 casos, a Índia com 136.696 mortos (9.392.919 casos), o México com 105.459 mortos (1.100.683 casos) e o Reino Unido com 58.030 mortos (1.605.172 casos).

Também entre os países mais atingidos pela pandemia de covid-19 estão a Bélgica, que regista mais mortos em relação à sua população, com 142 óbitos por 100.000 habitantes, seguida pelo Peru (109), Espanha (96) e Itália (90).

A China (excluindo os territórios de Hong Kong e Macau) declarou oficialmente um total de 86.512 casos (11 novos nas últimas 24 horas), sendo que 4.634 pessoas morreram e 81.598 recuperaram.

Por regiões, a América Latina e as Caraíbas totalizavam 445.666 óbitos em 12.913.154 casos, a Europa 405.529 mortes (17.845.033 casos), os Estados Unidos e Canadá 278.034 mortes (13.603.135 casos), a Ásia 193.504 mortes (12.301.906 casos), o Médio Oriente 77.899 mortes (3.297.965 casos), África 51.501 mortes (2.158.814 casos) e Oceânia 941 mortes (30.285 casos).

Este balanço é feito a partir de dados recolhidos pelas delegações da agência francesa junto das autoridades nacionais competentes e de informações da Organização Mundial da Saúde.

ANA MENDES GODINHO, MINISTRA DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Na resposta à pandemia as instituições tiveram que se reinventar e mostraram estar à altura

Ana Mendes Godinho é ministra há um ano. Talvez o pior momento para ser a responsável máxima pelas pastas do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Destas áreas tinha as noções de uma pós-graduação em direito do trabalho e a experiência de inspetora e diretora dos Serviços de Apoio à Atividade Inspetiva da Autoridade para as Condições do Trabalho. Foi no Turismo, onde chegou a secretária de Estado, que mostrou serviço. O ano de Covid-19 ter-lhe-á dado a formação específica que lhe faltava.

SOLIDARIEDADE - Suceder a alguém como o ministro Vieira da Silva não deve ter sido fácil. Ao cabo deste tempo, sobretudo nestes meses de grande pressão por causa da Covid-19, sente o apoio do governo e do primeiro-ministro?

ANA MENDES GODINHO – Antes de mais, devo dizer que esta função tem um espírito de missão permanente. Os momentos que temos vivido têm mostrado que o espírito de equipa, que se tem vivido no seio do governo, tem sido determinante para responder aos momentos de desafio constantes. O meu dia-a-dia é de permanente articulação com a saúde, com a proteção civil, com a defesa, com a educação. Ou seja, a pandemia também levou a desconstruirmos modelos em que havia separação de áreas. Dito isto, é uma grande responsabilidade e um grande orgulho estar neste cargo que tem sido ocupado ao longo das décadas por pessoas extraordinárias.

O Ministério da Saúde tem retirado espaço de manobra, influência e visibilidade ao seu Ministério?

Sinceramente, não percebo essa pergunta. Acho que o que tem havido, e a pandemia tem sido um motor, é uma necessidade de trabalho permanente conjunto. Tradicionalmente existia uma dificuldade de articulação no terreno entre as várias equipas e o que se tem verificado ao longo destes tempos é uma articulação entre todos. É um motivo de orgulho e só assim conseguimos responder ao momento difícil que vivemos para o qual ninguém estava preparado. O primeiro-ministro tem assumido a liderança para atravessarmos em conjunto este túnel, mobilizando os recursos e esforços para proteger pessoas, emprego, famílias e empresas. Isso exige multidisciplinaridade que temos procurado implementar no terreno.

Mas não acha que, sobretudo quando se passou a ideia de que os lares eram o grande problema na disseminação da pandemia, o seu Ministério esteve ausente?

Este é um Ministério de ação e missão. Tem assumido muito esse papel de presença no terreno para trabalho em conjunto com quem está a dar as respostas. Desde o ponto zero, em cada momento fomos identificando todas as medidas. Trabalhamos em conjunto um plano integrado de prevenção e de resposta às situações de Covid-19, designadamente nos lares. Para ajudar as instituições nesse momento difícil para o qual não estavam preparadas.

A Covid-19 tornou evidente que a população de utentes, sobretudo os idosos, está a mudar. Há cada vez mais dependências de todo o tipo que exigem valências de saúde nas IPSS. Há algum plano de reconversão das respostas sociais para essa população?

A pandemia tornou evidente a necessidade de acelerarmos a resposta a um dos principais problemas que o país tem que é a demografia nas várias dimensões. Seja na conciliação da vida pessoal, familiar e profissional, seja na promoção de condições para aumentar a natalidade, seja na resposta à longevidade. A pandemia mostrou a necessidade de acelerar o investimento em novos instrumentos para promover cada vez mais o envelhecimento ativo e saudável. Estamos a identificar as respostas que o país precisa e, nesse sentido, no Programa de Recuperação e Resiliência incluímos uma área dedicada às novas respostas em equipamento sociais. Estão previstos 450 milhões de euros de investimento para alargamento da capacidade de resposta, inovação e novas formas de resposta, nomeadamente de reforço e implementação de soluções que promovam cada vez mais a autonomização, a manutenção e a independência das pessoas em casa o mais tempo possível, mas com serviços mais qualificados. Aumentar as respostas, requalificar as estruturas existentes e criar novas respostas.

As valências médicas e de enfermagem devem ser incluídas, no futuro, nas respostas sociais para os mais idosos?

Não é só no futuro, mas no presente. O perfil das pessoas que estão nas ERPI's mudou ao longo dos tempos. As pessoas estão cada vez mais dependentes, cada vez mais idosas, a precisarem de maior acompanhamento clínico. Para além de médicos e enfermeiros falo de nutricionistas, gerontólogos, psicólogos. Esse é o caminho da inovação e da capacidade da resposta.

Que opinião tem da forma como as IPSS, sobretudo as ERPI, lidaram e estão a lidar com a Covid-19?

Ninguém estava preparado. As instituições também não estavam preparadas para o momento que vivemos. É um fator externo que exige reorganização dos espaços, reorganização dos recursos humanos, dos tempos de trabalho, implementação de medidas de prevenção, de compra de equipamentos de proteção individual, de reforço de recursos humanos para garantir a organização das equipas em espelho... As instituições tiveram que se reinventar na resposta à pandemia. Penso que mostraram estar à altura da necessidade dessa reinvenção. Foi feito um trabalho extraordinário de articulação. Eu tenho reuniões semanais com os representantes do sector social e desde Março criei uma *task force* de acompanhamento permanente da situação da Covid nas instituições e IPSS. Com os representantes do sector social, a Cáritas, a Cruz Vermelha Portuguesa, todos em conjunto a tentar antecipar os problemas, reagir e ter capacidade de resposta para as situações de surto nas instituições. Foi o trabalho dessa equipa extraordinária que fez com que, em Portugal, não houvesse os problemas que existiram noutros países da Europa. A criação do MAREESS (Medida de Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde) para contratação e reforço de recursos humanos para as instituições, é um exemplo desse trabalho de antecipação e acompanhamento. Já foram colocadas nas instituições dez mil e quinhentas pessoas. É um programa muito bem conseguido, do ponto de vista do reforço de recursos humanos para as instituições, em que o IEFP assume grande parte do custo com a contratação. Foi pensado para três meses e já decidimos prorrogá-lo até ao final de junho de 2021.

Que balanço faz do trabalho das Brigadas de Intervenção Rápida?

Nós, desde o primeiro momento, identificámos a questão dos recursos humanos como crítica na questão da pandemia. Nos surtos as instituições tinham muita dificuldade e até incapacidade em gerir as situações, muitas vezes porque os trabalhadores ficavam infetados. Foi por isso que criámos este mecanismo das Brigadas de Intervenção Rápida. Elas, até este momento, já foram ativadas em 149 situações de gestão de surto. Muito deste trabalho é invisível. E como está a correr bem, a presença no terreno, vê-se menos. Penso que foi um mecanismo essencial no momento em que as BIR foram criadas. Dito isto, é evidente que temos que as adaptar em termos de dimensão. Foram criadas para os 18 distritos com dimensão variável em função das necessidades de cada um dos distritos. O que sentimos é que as instituições procuram muito a ativação destas brigadas e, por isso, temos a preocupação de ir redimensionando em função das necessidades.

O presidente da Cruz Vermelha evidenciou a dificuldade de encontrar pessoas para integrar as BIR, designadamente por causa das remunerações. De resto é uma dificuldade das IPSS. Como se pode equilibrar esta situação?

Tem sido uma das nossas preocupações, a valorização dos salários. É crítico para conseguir reter talento. Uma das preocupações que temos tido no sector social é valorizar cada vez mais e pagar

adequadamente às pessoas. No caso das BIR, é evidente que um dos principais problemas é a capacidade de recrutar pessoas para o sector social. Por isso, é preciso encontrar uma forma das instituições conseguirem pagar adequadamente aos seus trabalhadores. No caso das BIR articulámos o programa das brigadas com o MAREESS de maneira que as pessoas que integram as BIR possam recorrer a dois dos mecanismos possíveis. Se o trabalhador estiver em situação de desemprego pode acumular com o subsídio uma bolsa excecional. Na prática, são mais 400 euros além do subsídio de desemprego. É uma solução temporária. Fizemos outra coisa: criámos um prémio especial para as IPSS que transformem estes contratos do MAREESS em contratos definitivos. É um instrumento financeiro para ajudar a instituição a pagar os trabalhadores que entrarem para os quadros. Aproveito para dizer que tenho tido a preocupação de incluir o sector social, como uma das áreas elegíveis, em todos os instrumentos que têm sido criados no âmbito do apoio à manutenção do emprego ou à contratação de trabalhadores. Além do MAREESS criámos o Programa ACTIVAR.PT que já colocou cerca de 15 mil pessoas que também pode ser utilizado pelas IPSS. É um apoio à contratação. É também para ajudar a que sejam contratados técnicos qualificados para o sector social. Para que as instituições possam capacitar e reter talento nas suas organizações.

A pandemia tornou evidente algumas das fragilidades do sector social. Se antes da Covid-19 muitas instituições estavam à beira da falência como imagina que o sector possa sair desta pandemia?

A nossa preocupação imediata foi ajudar as instituições a responderem a um momento extraordinário. Para ter uma noção, as medidas que criámos para o sector social representam cerca de 450 milhões de euros só dedicadas a medidas extraordinárias que incluem, por exemplo, uma linha de financiamento específica modelada para o sector, de 165 milhões de euros, para responder a problemas de tesouraria até final do ano. Criámos o Adaptar Social+, programa para ajudar à compra de Equipamentos de Proteção Individual que sabemos que é um custo muito significativo. Foi lançado com 10 milhões e reforçado para 19 milhões de euros. Na Covid-19 ajudamos as instituições na testagem massiva aos trabalhadores das ERPI's como forma de preventivamente identificar situações de risco. Estamos já na segunda fase de testagem em que implementamos um método diferente, garantindo que todas as semanas um quarto dos trabalhadores é testado.

Essas são medidas de conjuntura por causa da pandemia...

A reestruturação financeira de muitas instituições é crítica para a sua sobrevivência. E tem que ser uma prioridade nas várias dimensões. Através de mecanismos financeiros de reestruturação, diversificação das fontes de financiamento, capacitação e qualificação das entidades do sector social e também de novas formas de organização. Um exemplo: os serviços e recursos partilhados de forma a conseguir mais qualidade e menos custos.

Há um estudo da CNIS, feito pela Universidade Católica, que mostra que é crescentemente deficiente o apoio do Estado na cooperação que só assume menos de 40 por cento do total de custos. Mostra também que há gradual aumento da comparticipação dos utentes. Assim sendo, não é de temer um desvio da matriz das IPSS que parecem estar a ser empurradas para a empresarialização?

Por ano no orçamento da Segurança Social são dedicados 2 mil milhões de euros à Ação Social. Só com os acordos de cooperação houve um aumento de cerca de 370 milhões de euros desde 2015. Se compararmos com o mesmo período anterior de quatro anos é cerca do triplo. Este ano fizemos um aumento completamente extraordinário para as instituições por causa da Covid-19. Tivemos o maior aumento de sempre, de 5,5%, refletindo a necessidade de apoiar numa fase difícil e, ao mesmo tempo, dar uma resposta estrutural. Devo dizer que acredito muito no modelo de organização do sector social que pressupõe um trabalho e missão conjunta entre

o Estado e a sociedade civil. É a mobilização de recursos de ambos numa resposta coletiva e comum. Está na ordem do dia, e é cada vez mais premente, a necessidade de reconhecer que é preciso fazer a reestruturação financeira do sector social nas várias dimensões. Dou-lhe o exemplo das creches. Em 2020 foi, pela primeira vez, aprovado um novo modelo de comparticipação. No fundo, assegura que o Estado se substitui às famílias, que mais precisam, nas comparticipações. A Segurança Social irá proceder à devolução às instituições das comparticipações familiares desde setembro relativamente a todas as crianças do primeiro escalão e relativamente aos segundos filhos do segundo escalão. No Orçamento de Estado para 2021 assumimos que vamos alargar isso a todas as crianças do primeiro e segundo escalão. Isto implica um trabalho de fundo com o sector social para um diagnóstico real do custo das respostas e percebermos como garantir um modelo que responda à sustentabilidade e qualidade da resposta, mas também através de um esforço coletivo de uma afetação aos rendimentos de cada uma das famílias, permitindo que se chegue a todos. Tem que ser um modelo que responda a quem mais precisa.

Nos primórdios da cooperação ficou estipulado que o mínimo de apoio do Estado ao sector social solidário seria de 50 por cento. Neste momento está em 40 por cento. Com as atualizações previstas do salário mínimo, nesta legislatura, o Estado vai afastar-se ainda mais da sua responsabilidade. O OE2021 vai agravar esta tendência?

Os 40 por cento que refere não são um padrão médio porque as respostas sociais diferem muito em função da zona do país onde se integram, em função da população, ou seja, as respostas têm custos diferentes. A preocupação é encontrar um modelo de fundo que responda aos desafios demográficos, com novas formas de financiamento e diversificação das fontes, atendendo à nossa necessidade de novas respostas. É um debate que todos temos que fazer. Temos de encontrar com o sector social um modelo de equilíbrio entre a sociedade civil e o Estado.

No OE2021 há apenas um parágrafo para a Ação Social. E diz que os encargos representam um aumento de 2 por cento face a 2020 para o reforço da RNCCI e Programas PARES. Quanto é que sobra para o reforço da despesa dos acordos de cooperação?

Há um equívoco com esse parágrafo. Ele não reflete o aumento real entre o Orçamento inicial da Ação Social de 2020 e o OE2021. O Orçamento para 2021 para Ação Social representa mais 120 milhões de euros. O que significa na prática mais, vou dizer de cor, 6 por cento. É um valor que corresponde à evolução face às medidas extraordinárias criadas. Ou seja, durante a pandemia criamos muitas medidas extraordinárias, mais de 400 milhões de euros, que não tem nada a ver com o Orçamento da gestão da Ação Social.

O que está a dizer é que há cerca de 6 por cento para a atualização da cooperação?

Não. Há mais de 6 por cento para o Orçamento da Ação Social. Depois tem que se distribuir em função dos investimentos da atualização da Rede de Cuidados Continuados e o investimento previsto para alargamento de equipamentos sociais. O PARES não está identificado no âmbito da despesa do Orçamento de Estado porque é financiado através dos Jogos Sociais. Como sabe, lançamos o aviso do PARES 3.0, contamos ter obra no terreno já em 2021. Aproveito para dizer que foi prorrogado, até 31 de Dezembro, o prazo para apresentação das candidaturas, a pedido do sector social. E ainda, também não está integrado neste Orçamento aquilo que é financiado pelo Programa de Recuperação e Resiliência, onde temos os 420 milhões de euros para seis anos para investimento na rede de equipamentos sociais.

Então quanto é que será o valor de atualização previsto no OE para a Cooperação?
Não consigo dizer porque estamos a fazer a avaliação, mas necessariamente refletirá o aumento do salário mínimo. É uma preocupação minha e traduz o objetivo do governo de valorizar os salários de quem trabalha no sector social.

A 7 e 8 de maio, no Porto, decorrerá a cimeira social da União Europeia e o Conselho Europeu informal, com a aprovação final de uma declaração vinculativa sobre o pilar social da União Europeia. Que papel terá o sector social solidário nessa cimeira? Está prevista alguma apresentação do modelo português, único na Europa pela forma como a sociedade se envolve nas respostas sociais?

A presidência portuguesa da União Europeia vai ter como grande lema e bandeira o pilar social europeu e a necessidade de reforçarmos a Europa social nas suas várias dimensões. Vai decorrer num contexto atípico, de resposta a uma pandemia, mas também de necessidade de mobilização de recursos para apoiar a manutenção de emprego, para responder às situações de desemprego e proteger rendimentos, para acudir às pessoas mais vulneráveis. Tem sido essa a nossa linha de intervenção. Durante a presidência portuguesa a grande tónica será o reforço da Europa social. A cimeira vai ser um ponto alto para isso. No dia 7 vamos ter um encontro com parceiros sociais e sociedade civil para o debate do reforço da Europa social. A 29 de março teremos um evento só dedicado à Economia Social e será aqui que contamos dar uma grande visibilidade ao modelo de organização da economia social e concretamente do sector social em Portugal como modelo de grande complementaridade e articulação da sociedade civil e do Estado.

O atual modelo de cooperação uniformiza as respostas sociais. O apoio do Estado é cada vez menos e usa o mesmo critério para situações diferentes no país. Está previsto algum novo modelo de cooperação que considere diferente o que é, de facto, diferente?

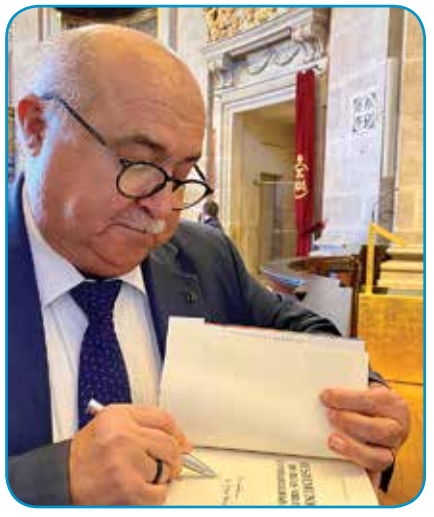
Neste momento não vou avançar muito. Eu criei um grupo de trabalho para refletir sobre o modelo e sobre o Pacto de Cooperação que faz 25 anos e é o momento de fazermos uma avaliação. Criei o grupo de trabalho com os representantes do sector social, liderado pelo Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Edmundo Martinho. Será feita uma avaliação objetiva para encontrar formas de qualificar as respostas, de inovar e aumentar a capacidade cumprindo as exigências cada vez maiores do ponto de vista da capacidade da rede e de novos requisitos técnicos. É preciso uma revisão do Compromisso que foi feito há 25 anos. Sem desvirtuar o modelo de modo a que sirva o propósito para que foi desenhado que é chegar a quem mais precisa.

Dizem que é uma ministra todo-o-terreno, de uma grande disponibilidade para ouvir e dialogar.

É a minha forma de vida. Aprender com os outros para fazer um processo de melhoria contínua. É nas idas ao terreno que se identificam os problemas e que se fazem as leituras mais importantes. Eu preciso disso para construir soluções melhores. Sou, desse ponto de vista, uma permanente inquieta. Estou disponível, mais do que disponível para o diálogo, para construção conjunta de soluções.

V. M. PINTO E P.V.O. (TEXTO E FOTOS)

EUGÉNIO FONSECA



Sair da Cáritas sem deixar de o ser

O mote de um dos poemas de Geraldo Vandré diz: esperar não é saber. Quem sabe faz a hora, não espera acontecer. Esta recomendação evidencia a razão pela qual, no início deste meu último mandato como Presidente da Cáritas Portuguesa, que agora findou, eu ter prevenido a autoridade eclesiástica competente de que este seria o meu último mandato. Mais tarde, soube que a minha decisão sintonizava com a vontade dos bispos, facto que veio dar maior consistência à minha vontade.

Não foi fácil aceitar esta exigente missão. D. António Francisco Marques, 1.º Bispo de Santarém, homem simples e bondoso, lançou-me o desafio de aceitar ser presidente da Cáritas Portuguesa. Nunca tive a coragem de responder afirmativamente ao seu convite, apesar de várias insistências, pois tinha consciência de que iria substituir uma figura ímpar, na área social, do nosso país que é Dr. Acácio Catarino. Só passados dois anos, já D. António tinha falecido, aceitei assumir o cargo que iniciei em finais de junho de 1999.

Na ocasião, fiz questão de manter uma das atividades que era muito acarinhada pelo meu antecessor. Apesar dos muitos esforços por manter esse Programa, não durou mais que cinco anos. Tive pena, pois tinha um significativo alcance social na superação das dificuldades que tornavam o atendimento de determinados casos de precariedade socioeconómica mais difícil de solucionar. Impressionava-me a capacidade de resiliência do meu antecessor, que fiz questão de ser ele a manter a colaboração com os técnicos das Cáritas Diocesanas que integravam o Programa. Se esta atividade se tivesse mantido, talvez a Cáritas tivesse dado um contributo importante para uma maior eficácia nesse atendimento social de proximidade.

A prioridade foi criar um mínimo de condições logísticas e funcionais. Ainda me sensibiliza a heroicidade do meu antecessor que, apesar de tão limitadas condições de funcionamento tudo fazia por manter viva a Cáritas e responder às solicitações. Criar uma equipa de voluntários, trazer a sede mais para o centro da cidade de Lisboa e reforçar o pessoal assalariado, que na altura contava apenas com uma técnica, um motorista e uma senhora que, a meio tempo, assegurava a higienização das instalações, foi uma das preocupações. A Sede foi, então, transferida para a "casa da porteira" num imóvel, propriedade da Cáritas Portuguesa. Ao mesmo tempo, iniciaram-se as visitas às Cáritas diocesanas para dar cumprimento a uma das fundamentais finalidades desta instituição oficial da Igreja que é a animação da pastoral social. O que interessava era que, em cada Diocese, existisse uma Cáritas. Conseguiu-se que 20 das 21 Dioceses as tenham agora, já estruturadas e a funcionar com a especificidade de cada uma das suas Igrejas particulares, investindo umas mais em gestão de equipamentos sociais, outras na criação e acompanhamento de Grupos Paroquias de Ação Social, embora nem todos tenham vindo, a designar-se, como deviam, por Cáritas Paroquiais. Há ainda Cáritas Diocesanas que têm estas duas vertentes em complementaridade.

Deixo a Cáritas com a insatisfação de não ter conseguido a criação de uma verdadeira "rede Cáritas". As assimetrias existentes não facilitam um planeamento de intervenção social e pastoral mais apoiado e articulado. É imperioso que surjam, por parte da Conferência Episcopal, orientações bem concretas e assumidas com determinada convicção, para uma adequada organização da Pastoral Social. Nunca contestei a autonomia pastoral das Dioceses, pois incorreria num erro eclesiológico. Esta realidade, bem entendida, potencia um conhecimento mais preciso das comunidades humanas abrangidas por elas; aumenta a diversificação de recursos dada a variedade de meios endógenos de cada região do país; aumenta a criatividade estimulada por culturas diferentes; facilita um acompanhamento mais persistente das iniciativas. Estas boas possibilidades, em Igreja, só o são quando partilhadas ou, como se dizia em referência às primeiras comunidades cristãs, "postas em comum" (Cfr. At. 2, 44). A autonomia não se pode sobrepor ao dinamismo de comunhão. Pior ainda quando se confunde autonomia com independência.

Esta é uma das limitações que nunca tive a arte de ajudar a superar. Em termos gerais valeram a pena estes anos de serviço aos pobres, através da Cáritas. Saí da instituição Cáritas, mas jamais deixarei de me esforçar por ser "cáritas" junto dos "últimos" da sociedade. Deixei uma "trincheira", mas, até ter condições pessoais, não abandonarei o "combate".

Das muitas mensagens que tenho recebido, transcrevo uma, que julgo ande a circular nas redes sociais e que diz: Tudo tem o seu tempo… A maior das árvores um dia foi semente…Não é preciso apertar o passo, mas acalmar o coração …No tempo certo virá, e será de forma tão linda e divina que dirás: Valeu a pena meu Deus, obrigado!

HENRIQUE RODRIGUES
Presidente do Centro Social de Ermesinde

O mês de dezembro

1 - "os namorados mortos não sabiam
e não queriam morrer. nunca ninguém
em verdade o quis já, mas acontece
que quase sempre morte e amor se tocam

dos namorados mortos não se diga
que já não têm destino nem são livres
sequer de os esquecermos mesmo quando
se lhes apaga o rosto o sítio o nome

os namorados mortos não são fáceis
tu, por exemplo, evitas enredar-te
com o que sabes deles, mas que sabes
além de alguma história ou da aparência?"

2 – Fui buscar a Vasco Graça Moura, e ao seu livro "O Mês de Dezembro e outros poemas", estes versos de inverno, para o início desse fio de Ariadne com que se constitui o itinerário de qualquer texto.

Retenho particularmente a parte final do último quarteto, "mas que sabes além de alguma história ou da aparência?"

Na verdade, nada, ou quase nada, sabemos sobre os outros - e, sobre o aspecto que me fez trazer à crónica estes versos, nada mais sei senão o que o que vi numa fotografia no jornal: um casal, de mãos dadas, em duas camas pegadas de hospital, numa despedida, em vésperas de morrerem de Covid, em dias sucessivos.

Já aqui escrevi, há alguns meses, que uma das manifestações mais impiedosas da pandemia é a absoluta solidão em que se morre.

Como tenho lido, muitos doentes ocultam mesmo os sintomas da doença, para poderem morrer em casa, com receio de serem levados para morrer, sozinhos, num hospital.

Também já aqui referi, como muito positivo, o sinal do Primeiro-Ministro, de que percebera a dor das famílias enlutadas, tendo determinado, na regulamentação dos sucessivos estados de calamidade e de emergência, a impossibilidade da proibição da presença dos familiares nos funerais, como acontecia nos primeiros tempos da pandemia.

O decurso do tempo, na verdade, acabou por introduzir algumas notas de bom senso, temperando muitos dos exageros assépticos com que os doentes e seus familiares foram confrontados nesse primeiro período.

O mesmo se passou com as visitas aos utentes dos lares: proscritas na fase inicial da pandemia, de acordo com estritas exigências das autoridades de saúde, em breve se viu como, com imaginação e compaixão, era possível compatibilizar a necessária prevenção da infecção com a atenção individualizada a que cada um tem direito, principalmente quando está doente e em risco.

A lembrança dos serviços do hospital em juntar para a despedida o casal da fotografia vem na linha dessa progressiva tentativa de humanização da prestação de cuidados de saúde neste contexto dificílimo – e constitui um dos raros bálsamos destes tempos de mal viver.

É nesse sentido, de necessidade de adequação ao real, que tem de ser encarada a forma como o Natal, já bem próximo, será passado com os utentes dos lares.

Com a família, sempre que possível – naturalmente!

Com a família de sangue; e com a família da proximidade, com quem convivem diariamente.

Preservando as condições de segurança, como é óbvio; mas sem esquecer que, mais importantes do que as condições de segurança, são as condições de autonomia e de liberdade individual.

Mesmo em tempo de pandemia …

A pandemia não suspende os direitos fundamentais.

3 – Este mês de Dezembro também nos trouxe alguma réstia de esperança, ao prenunciar-se o início, em breve, da vacinação contra a Covid.

Escrevo esta crónica dois dias antes de começar esse processo na Grã-Bretanha; e pensa-se que no nosso País poderá iniciar-se no início de 2021.

Começou mal, com polémica, o processo entre nós.

Já que é a Comissão Europeia que paga as vacinas para os países da União, tendo sido ela quem fez as encomendas aos fabricantes, mais valeria que fosse também a Senhora Ursula von der Leyen, com o pragmatismo alemão, e sem estados de alma, a estabelecer as prioridades da vacinação geral, já que não podem ser todos vacinados na primeira hora e o processo vai demorar vários meses.

Evitava-se a figura que entre nós se fez, resolvendo nomear um grupo de "peritos", uma task force, para definirem qual deveria ser a ordem de prioridades a aplicar na nossa terra.

Como dizia um antigo professor de Direito, virado para um aluno em exame de doutoramento: "a sua tese tem coisas boas e coisas originais; só que as boas não são originais, e as originais não são boas."

Os nossos "peritos", deixados à rédea solta, quiseram ser originais – e não escaparam à ancestral tentação para a asneira.

Na verdade, a primeira é óbvia prioridade é a dos utentes e trabalhadores dos lares e dos profissionais de saúde que lidam directamente com os doentes de Covid, o que constitui critério uniforme em toda a União.

Mas quanto aos velhos, que são o primeiro grupo de risco agravado, a regra europeia é também a da sua vacinação prioritária.

Para todos, naturalmente...

Já a nossa task force encarou uma hipótese certamente original, como a tese do doutorando; mas tão má como a mesma tese: a pretexto de a vacina não estar suficientemente testada na população com mais de 75 anos, os "peritos" que a apresentaram propunham que quem tivesse uma idade superior a essa deveria esperar, para não correr riscos.

E então os residentes nos lares, a grande maioria com mais de 75 anos, poderiam ser vacinados?

Correndo os alegados riscos?

Podemos dizer que foi uma ideia tonta: foi o que lhe chamou o Presidente da República, numa censura que fez a Comissão decidir, em 2 ou 3 dias, aquilo para que lhe fora concedido o prazo de 30 dias.

Igual à Europa toda – sem originalidades ou singularidades.

Não teria sido precisa a task force – bastava copiar.

Ao menos, vejamos se não acontece o que sucedeu com as vacinas da gripe: em que muita população de risco não foi vacinada, por as vacinas terem ido para outros, não tão prioritários.

Nunca se sabe ...

Podíamos ter sido poupados, a propósito de um sinal de esperança, como é o caso, a uma polémica inútil.

4 – Pegando no fio de Ariadne e voltando ao início do labirinto, escapando ao Minotauro: desejo o melhor Natal possível para todos os leitores destas crónicas; e um Novo Ano bem melhor do que o que está para acabar – e este que leve com ele a peçonha!

CAMPANHA DE DOAÇÕES NATALÍCIAS

Cáritas de Lisboa lança Loja de Donativos para ajudar quem mais precisa

A Campanha Loja de Donativos da Cáritas Diocesana de Lisboa está com a «Giving Tuesday» desde o dia 1 de dezembro de 2020 e tem por objetivo angariar donativos a favor de oito projetos muito concretos, que vão do apoio ao estudo dos mais novos à aquisição de bens e serviços de primeira necessidade, todos com uma breve apresentação na plataforma da loja.

Se está a pensar em ser solidário com alguém, neste período do Natal e Ano Novo, então, não deixe de visitar a Loja Solidária Cáritas Diocesana de Lisboa, bastando para tal ir a https://lojadedonativos.caritaslisboa.pt/.

A Cáritas de Lisboa apela a que todos visitem a Loja Solidária e partilhem a campanha com os seus familiares, amigos e conhecidos, para que, em estreita colaboração com a Missão da Cáritas, também eles e tantos outros possam ajudar a melhorar as condições de vida de famílias e pessoas na Diocese de Lisboa.

Com a sua Loja de Donativos, a Cáritas Diocesana de Lisboa procura tornar ainda mais capaz e eficaz a sua resposta a situações de pobreza e exclusão social agravadas pela atual pandemia, sendo sua prioridade o combate à fome, o acesso a serviços básicos, a educação dos mais novos e o cuidado a ter com os mais idosos.

Neste ano completamente atípico, também a Cáritas Diocesana de Coimbra tem registado inúmeros os pedidos de apoio alimentar e pretende dar um Natal mais aconchegante a quem mais precisa.

Assim, este ano, com o envolvimento da comunidade, a Cáritas de Coimbra espera conseguir chegar ainda a mais famílias do que nos anos anteriores, famílias essas que ficaram em situações de extrema carência económica e social devido à pandemia da Covid-19.

Recorde-se que, em 2019, a Cáritas de Coimbra fez chegar 203 cabazes de Natal a 670 pessoas e ainda brinquedos a 300 crianças.

Aproximando-se a época Natalícia, a Cáritas de Coimbra apela à comunidade, aos particulares e empresas, às paróquias, aos fornecedores e demais entidades, que se unam ao Centro de Apoio Social e que o ajudem a cumprir a sua missão de apoio às famílias que a ele recorrem.

Depois de ter recebido brinquedos novos até ao passado dia 4, a Cáritas de Coimbra, até ao dia 16 de dezembro, está a receber produtos alimentares e de higiene ou vales de compras, que podem ser entregues na sede da instituição, no Areeiro, em Coimbra.

Os cabazes serão compostos por diversos bens, tais como: bolo-rei, óleo, bolachas, feijão, grão, compota ou mel, produtos hortícolas, bacalhau, farinha, leite, atum, queijo, produtos de higiene, azeite, açúcar, cereais ou papas, salsichas, produtos congelados e presentes novos para crianças.

Qualquer questão poderá ser tratada com a equipa do Centro de Apoio Social, disponível através dos contactos de telefone 239792430, 969192241 e 925763654 ou do endereço de email apoiosocial@caritascoimbra.pt.

PATRONATO NOSSA SENHORA DA BONANÇA, VILA PRAIA DE ÂNCORA

Agendas e cadernos de apontamentos em mais uma Campanha Solidária de Natal

Nos tempos difíceis que vivemos, com a pandemia a condicionar o dia-a-dia de todos, a iniciativa lançada pelo Patronato Nossa Senhora da Bonança, de Vila Praia de Âncora, vem totalmente a propósito, especialmente quando todos estão desejosos de virar a página de 2020.

Assim, a campanha deste Natal do Patronato intitula-se «AGENDA O TEU FUTURO... com sonhos coloridos e na esperança de dias melhores!».

À semelhança dos anos anteriores, o Patronato Nossa Senhora da Bonança lança mais uma Campanha Solidária de Natal, com o objetivo de angariar fundos para a missão da instituição na infância e na solidariedade.

Na campanha deste ano estão disponíveis Agendas 2021 (com argolas e capa em cortiça, tamanho A5, no valor de 10 euros) e Cadernos de Apontamentos (com capa preta com cortiça, tamanho A5, no valor de seis euros).

Quer das agendas, quer dos cadernos existem dois modelos diferentes, ilustrados com desenhos das crianças de creche e do jardim-de-infância.

A primeira edição das agendas e cadernos de apontamentos praticamente esgotou, desde o momento que foi feita a divulgação nas redes sociais da instituição. No entanto, já estão novamente disponíveis em vários locais, nomeadamente no Patronato Nossa Senhora da Bonança, nos Postos de Turismo de Vila Praia de Âncora e Caminha, na Docelândia Caminha, na Retrosaria Helana, na Loja Toskana e no Be Fit.

A instituição apela à solidariedade de todos, destacando que a iniciativa só é possível pelo apoio de vários parceiros, designadamente a Câmara Municipal de Caminha, a Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora e a Imobiliária Âncora Dinâmica.

DESAFIO PARTIU DO BRAGANÇA SHOPPING E REUNIU 13 INSTITUIÇÕES DO DISTRITO

IPSS transmontanas unem-se para construir presépio

É estranho e confuso o tempo que vivemos e com a época natalícia à porta ainda é exigido a toda a gente que não conviva, não partilhe e, de certa forma, que se feche sobre si próprio.

Apesar das restrições e constrangimentos, com o Natal a chegar, época por excelência da família, da partilha e da solidariedade, ainda há gestos e iniciativas que evocam esses valores, também eles tão integrantes do código genético das IPSS.

E se o Natal é tempo de sentimentos e emoções, também o é de símbolos que há muito povoam o imaginário coletivo.

Do pinheiro às grinaldas, do azevinho à estrela, o presépio é, com certeza, o elemento mais marcante da época, ou não fosse ela de celebração do nascimento de Jesus.

Num país maioritariamente católico, o presépio é presença obrigatória em todas as casas, representando a devoção Àquele que "nasceu para nos salvar".

Ora, apesar deste tempo estranho e confuso, como dissemos, Um conjunto de IPSS do distrito de Bragança reuniu-se (à distância física, mas em união de espírito) e construiu um presépio que agora pode ser apreciado no Bragança Shopping, bem no centro da capital transmontana.

O desafio da estrutura comercial foi lançado à Diocese de Bragança Miranda, que a endossou à União das Instituições Particulares de Solidariedade Social do Distrito de Bragança (UIPSSDB) e foi prontamente aceite.

Segundo Paula Pimentel, presidente da UIPSSDB, as IPSS decidiram aceitar este repto com o intuito de "devolver a fé e a esperança, criar um cenário de alegria e de confiança de que vamos ultrapassar o momento difícil que vivemos".

E apesar de todos os constrangimentos temporais e de recursos fizeram as instituições olhar para trás, tendo 13 IPSS do distrito aceitado o desafio.

"Tínhamos duas semanas para elaborar o projeto e construir o presépio, mas mesmo assim não consegui dizer que não. Se não fosse possível com todas as IPSS, pelo menos a Fundação Betânia faria, até porque no ano passado ganhámos o primeiro prémio do concurso do município", refere Paula Pimentel, também presidente da Fundação Betânia, que acrescentou: "Fizemos o contacto com todas as associadas para fazer o convite, a que algumas responderam. Muitas disseram que não podiam, até porque estavam a trabalhar em equipas espelho ou com pessoal em isolamento profilático, mas houve outras que, não podendo, se disponibilizaram a dar apoio moral".

Depois do Centro Social Paroquial Santo Condestável sugerir a maquete de um presépio, que disponibilizou para servir de modelo, até porque o tempo era apertado e não havia necessidade de perder mais na escolha do modelo a seguir, o processo foi sendo agilizado para que na data prevista tudo estivesse pronto.

Por sorteio foram atribuídas as peças a elaborar por cada instituição e dadas instruções mínimas.

"As únicas indicações que demos foram as medidas das peças, as cores a utilizar, que são o dourado e o cinza, e que queríamos imagens sem rosto e discretas", conta a líder da UIPSSDB, que revela ter havido total liberdade para a utilização de materiais: "Cada instituição utilizou o que tinha e os recursos que tinha disponíveis. Assim, foram utilizados espuma, papel, arame, palha, ráfia, madeira".

Na verdade, olhando ao produto final, parece que toda a gente tinha um guião muito concreto e que seguiu, mas foi tudo obra do espírito natalício.

"Para já, o feedback que temos tido das pessoas que visitam o presépio é que parece que foi todo feito pela mesma equipa e num só lugar", sublinha, satisfeita, Paula Pimentel, acrescentando: "Houve muito trabalho de equipa e uma sintonia total. No meio disto tudo, há sempre instituições que têm muita dificuldade em se coordenar, aceitar e concordar, mas esta iniciativa foi um verdadeiro projeto de equipa e com muita união à mistura".

Mariema Gonçalves, diretora do Bragança Shopping, "é um prazer imenso o shopping ser o palco que acolhe este presépio com estes sentimentos e emoções todas envolvidas".

Quanto ao resultado final, a responsável pela superfície comercial é perentória: "Esperamos sempre o melhor e sabíamos que as IPSS estariam a preparar algo grandioso, porque fomos conversando ao longo do processo e sabíamos que viria algo grandioso, como está à vista. O presépio está lindíssimo e, se analisarmos os materiais utilizados na elaboração do presépio, vemos que é extraordinário. Para nós, é muito importante termos este presépio que é muito mais do que um presépio, pois representa tudo aquilo que o Natal tem, ou seja, a união, a partilha, a amizade, a solidariedade e o amor".

Na construção do presépio, a cargo de utentes (idosos e crianças) e trabalhadores, participaram IPSS de Alfândega da Fé (Fundação Cónego Manuel Joaquim Ochoa), de Bragança (Associação de Pais e Amigos do Diminuído Intelectual, Associação de Socorros Mútuos dos Artistas de Bragança, Associação Sócio-cultural dos Deficientes de Trás-os-Montes, Centro Social de Santa Clara, Centro Social S. Pedro de Serracenos, Centro Social Paroquial de Santo Condestável, Centro Social Paroquial dos Santos Mártires, Fundação Betânia, Obra Social Padre Miguel e Santa Casa da Misericórdia de Bragança), de Macedo de Cavaleiros (CERCIMAC) e de Mirandela (Centro Social Paroquial Nossa Senhora do Amparo).

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL

- SINAL MAIS
- GERTAL ITAU
- SOGENAVE
- STRONG CHARON TAMPER
- UPK CLIMAMOR
- B2B
- CERGER
- FEB CAFÉS CATEFRU SOCIGESTE
- IBERLIM
- PAPIRO VALDOC
- VIVAMAIS
- SERDIAL
- BIOSOG
- TICKET SERVIÇOS FLEXBEN
- A TEMPORÁRIA A TEMPORÁRIA OUTSOURCING

A Trivalor, composta por mais de 20 empresas, está vocacionada para fazer o melhor pela sua Instituição.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência em Business & Facility Services.

Diferentes empresas da Trivalor SGPS, S.A. detêm os seus sistemas de gestão certificados (consultar certificados)

STRONG CHARON
Alvarás: 41 A | 41 B | 41 C

www.trivalor.pt

AV. INFANTE SANTO, 21 A · 1350-177 LISBOA
TELEF.: 21 042 00 05 / 21 042 08 08
FAX.: 21 042 00 98 / 21 424 94 88
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

CONTACTE-NOS

TRIVALOR

EUGÉNIO FONSECA DEIXA LIDERANÇA AO CABO DE 20 ANOS

Rita Valadas é a nova presidente da Cáritas Portuguesa

Eugénio Fonseca, que completou 20 anos à frente da Cáritas Portuguesa, deixou a presidência da direção do importante organismo da Igreja Católica. A reunião do Conselho Geral da Cáritas, em Novembro, foi o momento para apresentar a nova presidente eleita da Direção, Rita Valadas.

Os bispos católicos aprovaram um voto de louvor ao presidente cessante da Direção da Caritas Portuguesa, manifestando "vivo reconhecimento pelo serviço que prestou, com muita dedicação, durante sete mandatos". Eugénio José da Cruz Fonseca nasceu em Setúbal, em 1957; na diocese sadina foi diretor do Secretariado Diocesano do Ensino da Igreja nas Escolas, até 2002, e presidente da Cáritas local, entre 1987 e 2016. Em 1999, foi nomeado, pela Conferência Episcopal como presidente da Cáritas Portuguesa, tendo sido ainda presidente-adjunto da União das Instituições Particulares de Solidariedade Social, a atual CNIS, e presidente da Confederação Portuguesa de Voluntariado, cargo que ainda exerce; em 2003, tomou posse como membro efetivo do Conselho Económico e Social.

Em declarações à Agência ECCLESIA, Eugénio Fonseca disse que o trabalho na direção da Cáritas correspondeu a um tempo de "grandes desafios", "desilusões" e de consolidação do trabalho da Cáritas em Portugal.

"Foram tempos de grandes desafios, em que alimentei esperanças e também tive desilusões, fui capaz de suscitar muitas vontades e também algumas inércias. Houve um caminho que foi feito, a Cáritas é conhecida em Portugal, não por ser uma instituição das melhores mas pelo trabalho bem feito e de resposta às necessidades de cada tempo", afirmou.

Eugénio Fonseca desejou as "maiores felicidades" à nova presidente da Cáritas, recordando que já fez parte de uma direção da Cáritas num dos mandatos a que presidiu.

A nova presidente da Cáritas Portuguesa, Rita Valadas, é licenciada em Política Social e já integrou a direção da instituição católica. Integrou ainda o Departamento de Ação Social na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

PLANO DE VACINAÇÃO COVID-19

Residentes e trabalhadores em lares no primeiro grupo a ser vacinado

As vacinas contra a covid-19 vão começar a ser administradas a partir de janeiro, sendo os grupos prioritários as pessoas com mais de 50 anos com patologias associadas, residentes e trabalhadores em lares, e profissionais de saúde e de serviços essenciais.

A informação foi divulgada por Francisco Ramos, coordenador do grupo que preparou o plano de vacinação, segundo o qual numa segunda fase a prioridade será para pessoas com mais de 65 anos sem patologias associadas, e pessoas com mais de 50 anos, mas com um leque mais alargado de patologias associadas, como a diabetes.

Na apresentação do plano, em Lisboa, o responsável estimou que sejam vacinadas 950 mil pessoas numa primeira fase, sendo 250 mil o grupo dos lares, 400 mil as pessoas com mais de 50 anos e comorbilidades associadas e 300 mil profissionais.

Na segunda fase serão vacinadas 1,8 milhões de pessoas com mais de 65 anos e cerca de 900 mil com patologias associadas e mais de 50 anos.

Francisco Ramos especificou que as pessoas com mais 50 ou mais anos da primeira fase da vacina (universal, gratuita e facultativa) serão as que tenham associadas uma ou mais patologias como insuficiência cardíaca, doença coronária, insuficiência renal e doença respiratória crónica com suporte ventilatório.

Na segunda fase, além de todas as pessoas com 65 e mais anos, estão pessoas com 50 e mais anos com alguma das seguintes patologias associadas: diabetes, neoplasia maligna ativa, doença renal crónica, insuficiência hepática, obesidade, e hipertensão arterial. A comissão recomenda que se podem incluir outras patologias, caso se considere necessário.

A terceira fase, disse o responsável, compreende o resto da população, desde que se confirme um ritmo de abastecimento das vacinas que o permita, porque caso contrário podem ser criados ainda outros grupos.

A primeira fase da vacinação contra a covid-19 será administrada nos pontos de vacinação habituais dos centros de saúde, nos lares e unidades de cuidados continuados.

A vacina será também administrada aos profissionais de saúde e dos serviços essenciais no âmbito da medicina no trabalho.

Para a primeira fase do plano de vacinação, que deverá decorrer entre janeiro e março de 2021, os pontos de vacinação foram definidos tendo em consideração os grupos prioritários no acesso à vacina: as pessoas com mais de 50 anos com patologias associadas, residentes e trabalhadores em lares, e profissionais de saúde e de serviços essenciais.

Por isso, a vacina será administrada nos cerca de 1.200 pontos de vacinação habituais dos centros de saúde, nos lares e unidades de cuidados continuados e no âmbito da medicina do trabalho para os profissionais dos serviços essenciais.

"O Serviço Nacional de Saúde tem uma experiência de 40 anos na administração do programa nacional de vacinação e, portanto, a nossa recomendação é exatamente que nos baseemos nessa experiência", justificou Francisco Ramos, acrescentando que nos centros de saúde serão vacinados 400 mil das 950 mil pessoas prioritárias, isto é, aquelas com mais de 50 anos e comorbilidades associadas.

Entre as restantes, 250 mil pertencem ao grupo dos lares e 300 mil são profissionais - neste último caso serão responsáveis por administrar a vacina os respetivos serviços de medicina no trabalho.

Para a segunda fase do plano de vacinação, em que os grupos prioritários serão alargados para incluir mais pessoas, a versão que foi hoje apresentada ainda não define os pontos para administrar a vacina, mas o coordenador da 'task-force' admite também aqui um alargamento da rede.

"Ainda não temos um plano concreto e detalhado, sabemos é que será precisa uma expansão da rede de pontos de vacinação, mas com critérios a definir conforme o calendário e ritmo de abastecimento de vacinas", explicou Francisco Ramos.

O plano de vacinação prevê ainda estudos de seguimento clínico, acompanhamento da resposta imunitária e estudos de efetividade, um trabalho que está a ser coordenado com o Infarmed, e a monitorização da vacinação, através do robustecimento do registo de vacinas eletrónico.

"Temos que saber em cada momento quem é que foi vacinado e sobretudo temos de ter a certeza que quem toma uma primeira dose fica imediatamente com uma segunda dose marcada e a garantia que é exatamente a mesma vacina. Não é admissível qualquer falha", sublinhou o coordenador a propósito do trabalho de monitorização.

Será também criado um "sistema de chamada" para a marcação da vacinação, de modo a que os próprios serviços de saúde identifiquem as pessoas pertencentes aos grupos de risco prioritários, mas aquelas que, por falta de informação, não forem chamadas poderão aceder à vacina através de declaração médica.

José Figueiredo
Economista

O EURO DIGITAL?

Mais próximo do que se pensa

O dinheiro tal como o conhecemos está obsoleto.

O dinheiro atual é dinheiro físico (notas e moedas) ou dinheiro desmaterializado, por exemplo, contas bancárias, mas remível em dinheiro físico.

Há um par de anos surgiram as bitcoins, também chamadas cripto-moedas, o primeiro "dinheiro" totalmente digital, isto é, que não tem existência física (apenas existe enquanto registo num qualquer sistema informático) nem é convertível em notas ou moedas.

Claro que as bitcoins podem ser trocadas por dinheiro físico, mas não da forma a que estamos habituados, por exemplo, com os depósitos bancários.

Se tenho um depósito de 100 euros e o quiser levantar devolvem-me 100 a menos de qualquer custo administrativo. Se tiver bitcoins que hoje valem 100 euros e as converter em euros amanhã podem já não valer os 100 euros – podem valer mais ou menos dependendo da evolução das cotações. Não são dinheiro como o concebemos hoje.

As cripto-moedas não são o futuro do dinheiro por variadíssimas razões algumas das quais talvez excessivamente técnicas para serem tratadas num espaço como o que acolhe esta crónica.

Há, contudo, uma razão muito simples – se o mundo tivesse que viver apenas com bitcoins, o consumo de energia dos sistemas informáticos de suporte seria superior à capacidade produtiva total do planeta.

As cripto-moedas serão no futuro aquilo que já são hoje, ou seja, um nicho para especuladores e sobretudo para criminosos para quem a confidencialidade do dinheiro é fundamental.

Mas isso não significa que o dinheiro continue como está. O atual sistema de pagamentos, essencialmente pendurado no sistema bancário, está obsoleto. É caro, ineficiente e, quando estão em causa transações internacionais é caríssimo e ainda mais ineficiente. Por outro lado, temos a tendência para esquecer que há muitos milhões de pessoas no planeta sem acesso a sistemas bancários.

O setor privado, sempre atento às oportunidades, já desenhou uma solução para ultrapassar uma das características negativas das cripto-moedas – a inerente instabilidade do valor. São as "stablecoins", numa tradução literal, moedas estáveis.

A proposta que deu mais brado nesta matéria foi o projeto LIBRA, promovido por várias empresas da área tecnológica, mas onde sobressaía a Facebook.

Basicamente tratava-se de dinheiro digital, dinheiro que só existe enquanto registo em sistemas informáticos, mas cujo valor estaria respaldado por um conjunto de ativos financeiros, nomeadamente depósitos em diferentes moedas. Claro que os câmbios entre as moedas sobem e descem e, por isso, o valor da LIBRA quando expresso nas modas nacionais poderia variar, mas, em princípio, seriam sempre mudanças marginais.

O projeto LIBRA foi de alguma forma prejudicado pela má fama da Facebook e do seu líder Mark Zuckerberg até porque a sua apresentação coincidiu com a altura em que circulavam notícias sobre os vários escândalos que envolveram a rede social.

Não sei o que vai acontecer ao projeto LIBRA – tanto quanto sei a Facebook ainda não atirou a toalha ao chão. Contudo, ainda que o projeto fracasse, não duvidemos que a marcha para o dinheiro digital é imparável.

O mundo vai evoluir, mais depressa do que se pensa, para o dinheiro digital. Sobretudo por uma razão – os bancos centrais, percebendo os riscos de entregar esta matéria apenas nas mãos da iniciativa privada, estão, eles próprios, a trabalhar em projetos de dinheiro digital, dinheiro do bom com a retaguarda do estado.

O banco central mais avançado na matéria é o banco central da China, o PBoC. Não nos admiremos excessivamente da liderança da China neste domínio. A China chegou tarde à "financialização" moderna das economias e, consequentemente, não tem o lastro das incumbências e dos obstáculos que sempre ficam do passado.

A China, por exemplo, praticamente saltou a etapa do chamado dinheiro de plástico. Os cartões de crédito nunca foram muito populares na China. Por lá passou-se diretamente para os sistemas de pagamentos baseados em telefones inteligentes que dispensam o plástico dos cartões tão populares entre nós. No ocidente este processo vai ser mais lento porque temos a infraestrutura do dinheiro de plástico construída e existe o hábito de usar cartões como base dos pagamentos.

Ainda sabemos pouco sobre o projeto do PBoC para o dinheiro digital. Inicialmente falava-se que seria unicamente aplicável no mercado interbancário, ou seja, para regularização de contas entre bancos em montantes de grande valor.

Contudo, sabemos agora que estão já em fase experimental, em algumas cidades chinesas, plataformas de pagamento em dinheiro digital emitido pelo PBoC para particulares.

Aparentemente trata-se de criar concorrência séria aos dois sistemas gigantescos que floresceram na China e que são operados pela Alibaba (gigante do comércio eletrónico) e pela Wechat (rede social), ou seja, de dar aos bancos comerciais, que ficaram um pouco a leste deste processo, a possibilidade de ter um papel relevante nos pagamentos digitais.

Também o BCE tem um projeto ambicioso nesta área. O BCE publicou recentemente um documento para discussão pública sobre o tema e que vale a pena visitar.

Embora nenhuma decisão esteja tomada nesta matéria, a discussão pública prolongar-se-á até meados de 2021, tudo aponta para que a decisão seja de avançar com a criação do euro digital.

Os argumentos a favor são fortes.

A tendência universal é para o declínio do uso de dinheiro físico como meio de pagamento.

Se a união monetária se atrasar nesta matéria, o euro pode ser prejudicado em favor de outras moedas, públicas ou privadas, de dentro ou de fora da zona euro, que ofereçam sistemas de pagamento digitais competitivos. Se o euro tem como objetivo afirmar-se como uma das moedas de reserva globais não pode ficar para trás nesta corrida.

Por outro lado, acredita-se que a transição para o dinheiro digital aumentará a eficácia dos mecanismos da política monetária.

Finalmente a digitalização do dinheiro é apenas uma faceta da transição digital global na qual a Europa pretende ter um papel de liderança.

É claro que as dúvidas e os espaços por preencher também são muitos. Um dos temas fundamentais ainda em aberto é o da estrutura tecnológica e operacional. Uma possibilidade seria o euro digital funcionar sobre "contas" dos cidadãos e das empresas nos livros do próprio BCE, contudo, há quem acredite que os intermediários financeiros, nomeadamente os bancos, devem ter um papel relevante

Por isso a abordagem do BCE é cautelosa.

Tão cautelosa que, para minimizar as fricções da transição, um eventual euro digital não vai levar à extinção das notas e moedas – estas continuarão a circular lado a lado com o equivalente digital para conforto dos mais atávicos. Igualmente está prevista a possibilidade de o euro digital poder funcionar offline.

Há ainda um longo caminho a percorrer até que as notas e moedas sejam uma relíquia bárbara.

Mas não tenho dúvidas que o dinheiro digital estará por aí algures entre o meio e o fim da década atual. Pode agora fazer-nos um pouco de confusão, mas um dia, menos longínquo do que se pensa, ainda haveremos de nos perguntar porque diabo durante tanto tempo se usaram as sebentas e anti-higiénicas notas e moedas como dinheiro.

WORLD OF FOOD SOLUTIONS
Sogenave

A sua Instituição precisa de apoio no âmbito do programa PARES 3.0?

Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais

Portaria de 19 de Agosto de 2020 | Despacho nº 9952/2020 de 15 de Outubro, do Ministério Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Se necessita de apoio técnico no âmbito do Programa PARES 3.0, a **Sogenave tem para si um serviço integrado**, para que garanta um projeto bem sucedido.

Sendo a integração e coordenação dos diferentes intervenientes um dos maiores desafios num projecto com a exigência do Programa PARES 3.0, o **departamento de Food Equipment da Sogenave, com largos anos de experiência e um extenso portfólio de projectos executados,** disponibiliza os seguintes serviços:

Consultoria

- Projetos de Arquitectura
- Projetos de Engenharia
- Desenvolvimento de Layouts de Cozinhas e Lavandarias
- Mobiliário, Decoração e Design

Gestão de obras

- Trabalhos de Construção Civil
- Fiscalização de obra

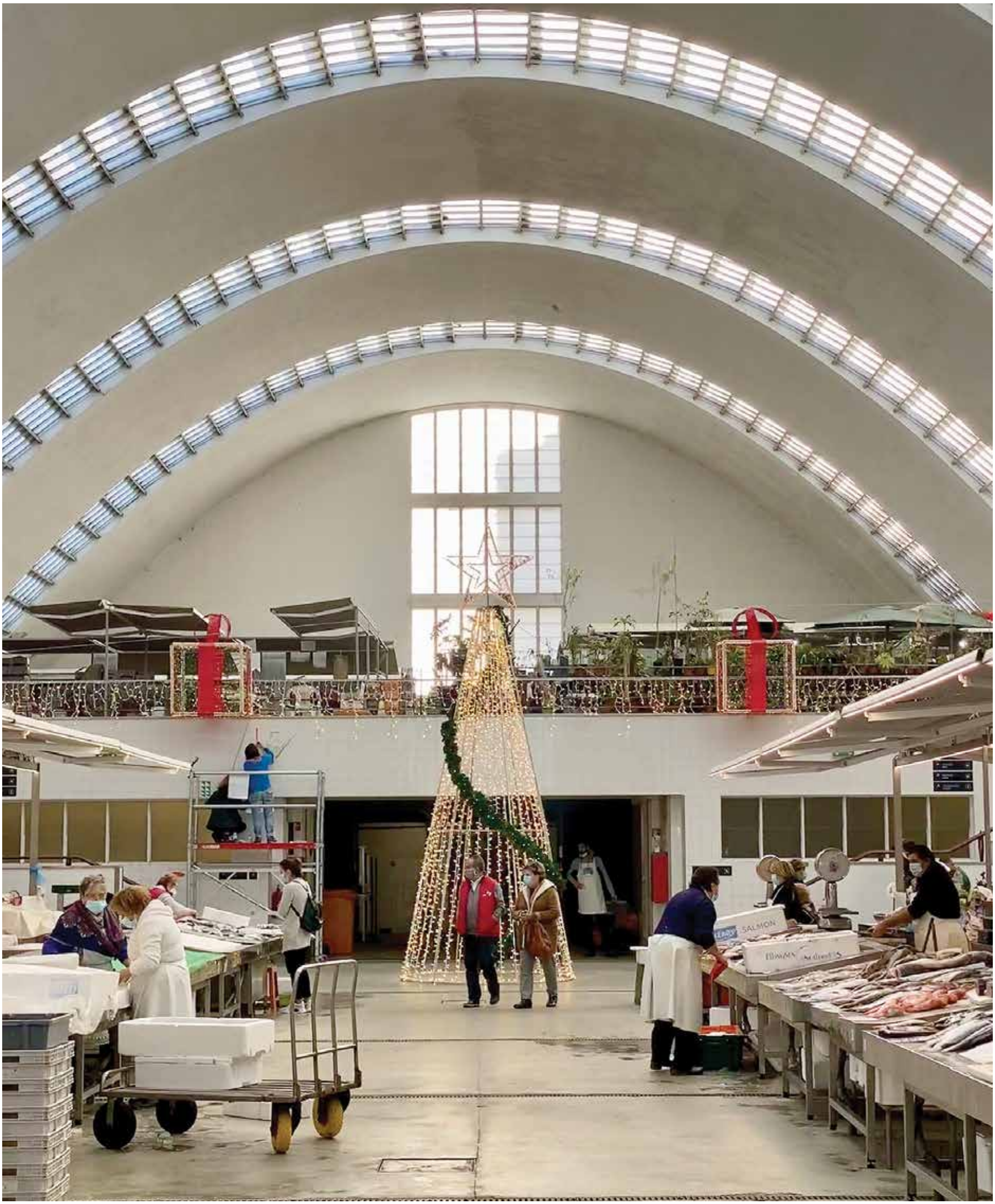
Equipamentos Hoteleiros

- Venda e Instalação de Equipamentos Hoteleiros

O Programa PARES 3.0 tem como objectivo, aumentar a qualidade e capacidade das respostas nas áreas da infância, pessoas com deficiência e população idosa. São entidades elegíveis as IPSS ou instituições equiparadas. O financiamento público tem como limite 80% (restante poderá ser recursos próprios, financiamentos, autarquias, parcerias). São elegíveis, os projectos que criem novos lugares, obras urgentes, obras de ampliação ou reabilitação. A formalização da candidatura é feita mediante apresentação de Projecto.
A presente nota é meramente informativa e não dispensa a consulta da documentação oficial emitida pelo Governo Português sobre o tema.

Para mais informações contacte-nos através de **marketing@sogenave.pt** | **www.sogenave.pt**

Foto: V.M. Pinto



Bom Natal

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia| **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redacção:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Estatuto Editorial:** http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446| **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

PACTO GLOBAL DAS MIGRAÇÕES E PANDEMIA

Mais crises de direitos humanos e ataques a migrantes e refugiados

O diretor-geral da Organização Internacional para as Migrações (OIM), António Vitorino, considerou que o Pacto Global das Migrações foi "severamente testado" nos últimos dois anos e que a rede de trabalho é fundamental para o sucesso.

António Vitorino falava na apresentação virtual do primeiro relatório do secretário-geral da Organização das Nações Unidas, António Guterres, sobre a concretização do Pacto Global das Migrações Seguras, Ordenadas e Regulares, acordado há dois anos.

"Em dois anos, o Pacto Global foi severamente testado", declarou António Vitorino, citando o secretário-geral da ONU nos alertas sobre o aumento das crises de direitos humanos e dos ataques contra migrantes e refugiados, principalmente devido à pandemia da covid-19.

"O medo da covid-19 exacerbou níveis já altos de xenofobia, racismo e discriminação" e provocou um aumento de ataques contra refugiados e migrantes, descreve o secretário-geral da ONU, no primeiro relatório bianual sobre o Pacto Global.

António Vitorino destacou o papel da Rede das Nações Unidas sobre a Migração no trabalho de cooperação de que devem fazer parte todos os intervenientes e países.

O diretor-geral da OIM sublinhou que a "diversidade de intervenientes" é um fator "crítico" do Pacto Global das Migrações, que reconhece que os "parceiros são centrais para a eficácia" da sua aplicação.

"Devemos continuar a assegurar que a diversidade de perícia e vozes pode florescer", disse António Vitorino, elogiando os compromissos dos Estados-membros que acolheram o Pacto Global e trabalham para a sua aplicação.

"O sucesso depende dos Estados-membros", considerou o responsável, acrescentando que há 15 países considerados "campeões" nesse processo. Portugal é considerado um "campeão" do Pacto.

António Vitorino afirmou que a governação da migração, para ser bem sucedida, tem de ser sujeita a reflexão interna, já que o estado da adoção do Pacto difere em todo o mundo, devido a diversas prioridades ou necessidades internacionais.

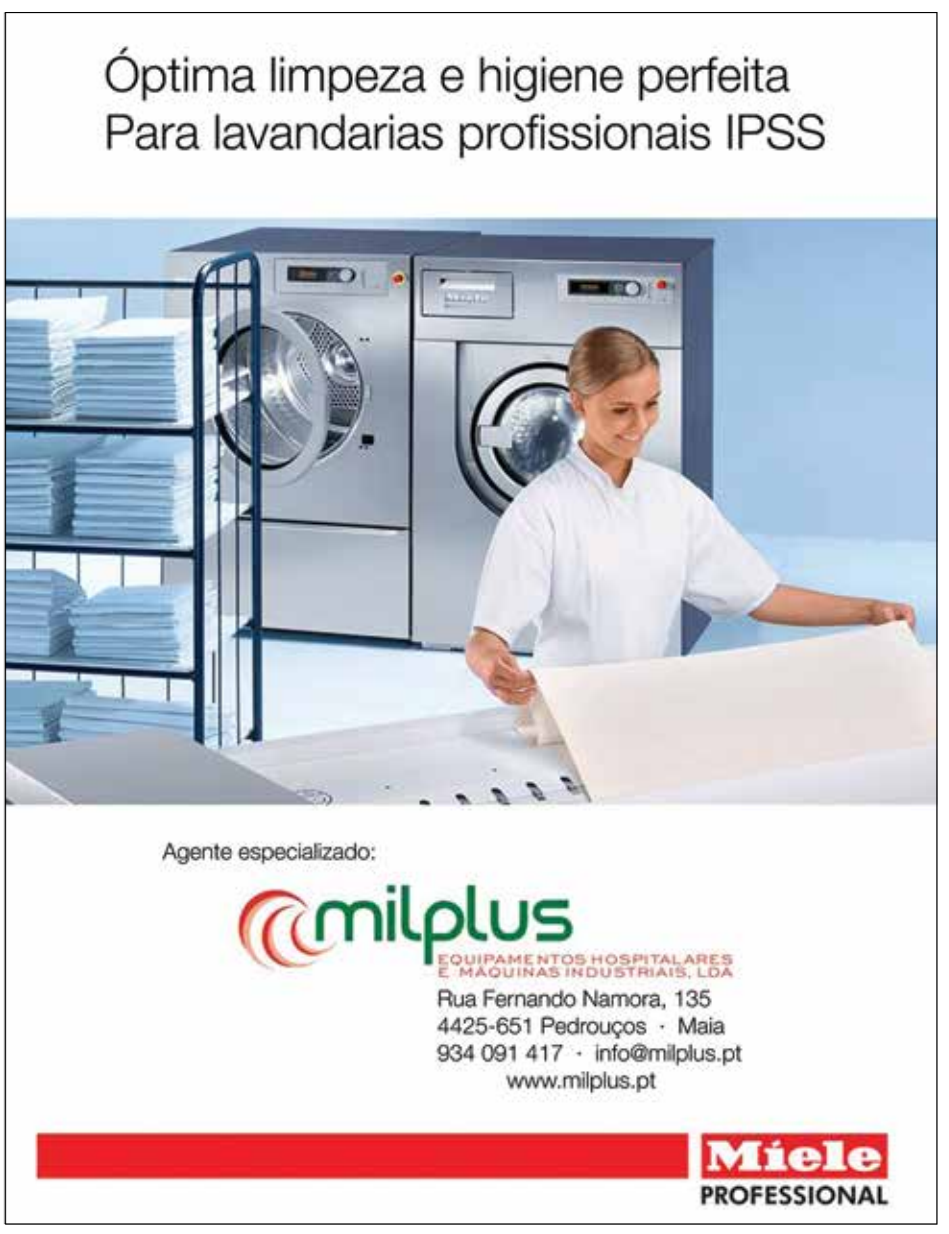
Segundo o advogado português, o Pacto Global das Migrações "não começou do zero", porque os princípios orientadores foram baseados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e no Direito internacional.

O Pacto Global das Migrações tem por objetivo dar benefícios nas vidas dos migrantes e inclui dez princípios orientadores e 23 objetivos.

O primeiro relatório sobre o Pacto Global das Migrações indica que o estado da aplicação do Pacto varia, já que "alguns países optaram por incorporar progressivamente os objetivos do Pacto em novas leis, políticas e práticas", como uma nova estratégia de combate ao tráfico humano no Canadá, e outros países "estabeleceram novos mecanismos para promover a cooperação", como Sri Lanka, Bangladesh e Quénia.

Como a migração "não tem um nível uniforme em todo o mundo", não existem metas lineares para a aplicação do Pacto, mas necessita de "reflexão contínua", escreveu o secretário-geral da ONU no relatório.

O relatório sobre o estado de aplicação do Pacto em 54 Estados-membros, que, como Portugal, submeteram os seus contributos e participaram num processo de consultas com a ONU, pretende incentivar o reforço de políticas e iniciativas reconhecidas como positivas e combater violações e abusos de direitos dos migrantes.

Para o secretário-geral, é crucial trabalhar no sentido de "alargar autorizações de residência e trabalho; regularizar a situação dos migrantes sem documentos; melhorar as práticas de recrutamento e o acesso a trabalho decente; suspender os regressos forçados; e encontrar alternativas para a detenção de migrantes".

Segundo a ONU, existem cerca de 272 milhões de migrantes internacionais, o equivalente a 3,5% da população mundial em 2019.